

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ALEX GONÇALVES MUNIZ

A QUESTÃO DO CONHECIMENTO EM VICO COMO FUNDAMENTO PARA UMA
FILOSOFIA DA HISTÓRIA, A PARTIR DO CONCEITO DE NATUREZA HUMANA

Uberlândia
2011

ALEX GONÇALVES MUNIZ

A QUESTÃO DO CONHECIMENTO EM VICO COMO FUNDAMENTO PARA UMA
FILOSOFIA DA HISTÓRIA, A PARTIR DO CONCEITO DE NATUREZA HUMANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Filosofia da História.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

Uberlândia
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M966q Muniz, Alex Gonçalves, 1978-
A questão do conhecimento em Vico como fundamento para uma
filosofia da história, a partir do conceito de natureza humana / Alex
Gonçalves Muniz. - 2011.

110 p.

Orientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-graduação em Filosofia.
Inclui bibliografia.

1. Vico, Giambattista, 1668-1744 - Crítica e interpretação - Teses. 2.
Filosofia moderna - Séc. XVIII - Teses. 3. Filosofia italiana - Séc. XVIII -
Teses. 4. História - Filosofia - Teses. I. Guido, Humberto, 1963-
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Filosofia. III. Título.

Alex Gonçalves Muniz

A questão do conhecimento em Vico como fundamento para uma filosofia da história, a partir do conceito de natureza humana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Filosofia da História.

Uberlândia, 31 de agosto de 2011

Banca Examinadora

Prof. Dr. Humberto A. de Oliveira Guido

Prof. Dr. Sertório Amorim e Silva Neto

Prof. Dr. Vladimir Chaves dos Santos

Ao Prof. Humberto Guido.
Sempre como testemunho de
amizade e admiração.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela oportunidade de cumprir mais essa etapa da minha formação acadêmica.

Ao Professor Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido pelo estímulo, pela orientação compreensiva e paciente, e também pelo empréstimo de publicações raras.

Ao Professor Dr. Sertório Amorim e Silva Neto por participar da banca examinadora.

Ao Professor Dr. Vladimir Chaves dos Santos pela participação na banca examinadora.

Aos amigos Ciro Amaro do Nascimento e Sandra Mara Bertolucci, que me ajudaram de muitas e várias maneiras.

À minha noiva Mariana Dias dos Santos, por acompanhar essa trajetória até a defesa da dissertação.

“O estudo da cultura permite o conhecimento do estado de geração das coisas, dando ao presente a historicidade que permite alimentar a convicção de que o futuro existirá, mas tal futuro é aquilo que os homens fazem por si mesmos.”

(GUIDO, 2006)

RESUMO

Giambattista Vico (1668-1744) fundou uma nova ciência, a ciência da história. Para que se encontre uma teoria que oriente a compreensão da história, deve-se tentar responder a questão filosófica da possibilidade de a história, entendida como a sucessão de feitos humanos ao longo do tempo, ter algum princípio racional que oriente a leitura, e se as sucessões dos fatos históricos têm em si mesmos indícios de algum encadeamento racional. Em Vico, a história é em si mesma o desenvolvimento de uma aspiração humana, pela justiça. Aqui, sem que se perceba, já se está no âmbito da filosofia da história. A filosofia da história é uma disciplina filosófica que lida com a sucessão dos acontecimentos históricos. O estudioso que se detém na meditação sobre a história da humanidade busca a compreensão que acontece a partir de um narrar para si mesmo, o contar novamente para si mesmo, a partir de certas constantes do comportamento humano, de acordo com os ditames do “conhece-te a ti mesmo”, os feitos dos antepassados.

PALAVRAS-CHAVE: Giambattista Vico. Ciência. Filosofia. Filosofia da História.

ABSTRACT

Giambattista Vico (1668-1744) founded a new science, the science of history. In order to find a philosophical theory to guide the understanding of history, one should try to answer the philosophical question of the possibility of history, understood as the succession of human achievement over time, have some rational principle to guide the reading, and if the succession of the historical facts are in themselves true evidence of some rational chain. According to Vico, history is in itself the development of an aspiration for justice. Here, without notice, is already in the philosophy of history. The philosophy of history is a philosophical discipline that deals with the succession of historical events. The scholar who dwells in meditation on the history of the humanity seeks to understand what happens from one to tell himself, telling himself again, from certain constants in human behavior, according to the dictates of “know thyself” the deeds of the ancestors.

KEYWORDS: Giambattista Vico. Science. Philosophy. Philosophy of History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 NATUREZA HUMANA.....	15
Introdução	15
1.1 Conceito e função da natureza humana	19
1.2 Corpo: função trópica	24
1.3 Mente: função civilização	34
Conclusão.....	43
2 TEORIA DO CONHECIMENTO.....	45
Introdução	45
2.1 Contra a epistemologia das aranhas quando erram o bote	46
2.2 Elementos para uma epistemologia da história.....	52
Conclusão.....	62
3 FILOSOFIA DA HISTÓRIA	65
Introdução	65
3.1 A história como “filosofia primeira”	67
3.2 A filosofia orienta o estudo da história como jurisprudência diacrônica.....	76
3.3 História ideal eterna e a natureza das nações: ideias de ordem	90
3.4 A história ideal eterna como modelo de crise	95
Conclusão.....	104
CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

São tocantes as palavras de Eric Hobsbawm (1995, p.13) no início de sua obra *Era dos extremos*: “Os jovens, quase todos eles, vivem numa espécie de presente contínuo, alienados do passado público da época em que vivem”. O estudo da *Ciência nova* de Giambattista Vico (1668-1744) pode ajudar a encontrar um critério que oriente uma leitura sistemática da história preenchendo a falta aparente de nexo entre fatos históricos do mundo das nações.

Vico afirma que mundo civil foi feito pelos homens, por isso cada pessoa pode encontrar nas modificações de sua própria mente indícios de como agiam os homens que primeiro pensaram pensamentos humanos e que, por conseguinte, criaram isso que a gente vive que é “ser humano”, um ser, antes de tudo, social. Então é possível encontrar um *sentido* para a história, uma *metafísica* (sobrevôo) para a melhor concatenação dos fatos históricos, uma metafísica da história.

Porém, para que se encontre uma teoria que oriente na compreensão da história, deve-se tentar responder a uma questão muito filosófica: a história, entendida como a sucessão de feitos humanos ao longo do tempo, é em si mesma racional? Tento piorar a formulação do problema questionando da seguinte maneira: as sucessões dos fatos históricos têm em si mesmos indícios de algum encadeamento racional, ou tudo não passa de mero passatempo mais ou menos erudito – a leitura da história? A racionalidade da história seria um desígnio divino ou uma lógica da sociabilidade humana baseada no útil ou no interessante ou no relevante? Seria a história em si mesma o desenvolvimento de uma ideia humana, por exemplo, de “liberdade”, ou de “justiça”? Aqui, sem que se perceba, já se está no âmbito da “filosofia da história”.

A filosofia da história é uma disciplina filosófica que lida com a sucessão dos acontecimentos históricos. O estudioso que se detém na meditação sobre a história da humanidade busca a compreensão que acontece a partir de um “narrar para si mesmo”, o

contar novamente para si mesmo, a partir de certas constantes do comportamento humano, de acordo com os ditames do “conhece-te a ti mesmo”, os feitos dos seus antepassados, e assim talvez alcance mais que erudição, sabedoria mesmo.

A leitura de Vico auxilia a tarefa de buscar a sabedoria, pois ele elaborou um quadro teórico de referência que permite ao filósofo da história, ou aquele que põe para si a história como problema, compreender o presente a partir das transformações profundas de cada época, que tem como causas forças econômicas, políticas, intelectuais, tecnológicas, científicas, ideológicas.

As causas da transformação da vida durante a história da humanidade são as mesmas que agem em todos os tempos e lugares. Por isso, compreender a história é compor quadros com as cores bem escolhidas, quadros históricos. A composição das cores obedece à determinação da série dos possíveis, mas a função dos quadros é ir além de nós para ser nós; quadros-espelho mais ou menos distorcidos, que, no entanto, dá um desenho, uma ideia aproximada. É importante ter pelo menos uma ideia aproximada daquilo com o que lidamos.

Um desenho, uma ideia da história em a *Ciência nova*, é o que oferece Vico, para quem o desenvolvimento da história humana dá pistas que permitem uma leitura racional da mesma, isto é, uma leitura a partir de um ponto fulcral. Pois a criação das instituições reguladoras da sociedade civil aconteceu nem sempre a partir de idéias abstratas do *verdadeiro* como igualdade e justiça, mas concretas do *certo*, oriundas do senso comum.

Os seres humanos ordenaram suas vidas em sociedade sempre de acordo com as idéias que eles puderam ter próprias de cada estágio do desenvolvimento político, ideias que refletem o estágio de desenvolvimento da mente humana. Pois nem sempre a mente humana pôde pensar abstratamente. Em épocas remotas os homens não podiam, dado a capacidade de pensamento de suas mentes, perguntar: o que é a justiça em si? Portanto, mapeando as modificações da mente humana ao longo da história, podem-se divisar os princípios pelos

quais podemos ler a história das instituições políticas¹ em seu processo de desenvolvimento histórico. O ponto fulcral que Vico encontra está na ideia de que a jurisprudência oferece-nos um registro daquilo que cada época compartilhou como “o certo”, a sabedoria das épocas.

A sabedoria não se resume à filosofia. A filosofia propicia uma espécie muito determinada de sabedoria, própria de mentes que conseguem raciocinar para além dos casos concretos. Nem todo ser humano tem tal capacidade. A mente que cria a filosofia é diferente da mente que cria as leis de cada nação em cada tempo e lugar. A verdadeira sabedoria do vulgo se cristaliza nos códigos de leis escritos e não escritos de cada nação, criados por mentes muito presas aos corpos, à matéria. O problema das mentes é importante para se compreender a filosofia da história em Vico.

O conceito de “mente humana”, na obra magna de Vico, está inserido em um conceito de maior extensão que é o de “natureza humana”. O objetivo principal desta dissertação é demonstrar a tese segundo a qual é a partir de uma determinada concepção de “natureza humana” que Vico fundamenta uma filosofia da história.

Para compreender o que é “natureza humana”, é preciso expor a teoria do conhecimento encontrada na filosofia de Vico.² O conhecimento humano³ se dá a partir da consciência que os seres humanos têm de si mesmos. O conhecimento da natureza circundante se dá, em épocas históricas muito recuadas no tempo, pela associação das partes do corpo humano, das funções da mente, da vontade, a ela, natureza física.

¹ Neste texto, as palavras: “social” e “político”, têm o mesmo sentido de regulação. Indicam, aqui, qualquer tipo de organização social. As organizações sociais se fundamentam em instituições, ou seja, costumes, regras, interditos, leis, que se tornaram comumente aceitas por determinado grupo de seres humanos de determinada época ou lugar.

² O tratamento do conceito de filosofia da história como disciplina filosófica está no capítulo 3 desta dissertação. A rigor, “Filosofia da História” não foi um termo utilizado por Vico, mas os princípios que ele buscou para interpretação da história é objeto da filosofia da história – disciplina que lida com o afastamento entre “história vivida, natural ou objetiva” e a ciência histórica, ou o esforço científico para descrever, pensar e explicar a evolução da história vivida. Ver Le Goff, *História e memória*.

³ Ver a introdução ao capítulo 1 desta dissertação.

Portanto, o *conceito central*, a partir do qual todo o texto será tecido é o de “natureza humana”. O que se pretende é explicitar como, a partir da teoria do conhecimento, Vico encontra os delineamentos da história ideal eterna ⁴, que se configura, em última instância, como uma “metafísica da história”, o núcleo central da sua filosofia da história. Natureza humana e teoria do conhecimento fundada sobre o autoconhecimento, eis o ciclo teórico da SN. Sempre lembrando que a natureza humana não é estática, mas processo.

A “teoria do conhecimento” ⁵, cuja questão filosófica é elaborada, na programática kantiana como: “que posso saber?”, é uma disciplina filosófica que tem por objetivo compreender os limites do conhecimento humano.

Vico formulou a questão por um viés duplo. Primeiro ele perguntou pelos limites do conhecimento humano como um conjunto de faculdades ou facilidades humanas, em sua obra de 1710, *De antiqüíssima italarum sapientia*. Depois ele investigou as possíveis determinações do sujeito histórico no “sujeito transcendental”. Por esse segundo viés, a teoria do conhecimento ganha contornos de “sociologia do conhecimento” ⁶, expressão anacrônica, mas que resume a intenção de Vico em uma linguagem contemporânea, adiantando ao leitor a intenção com que a *Ciência nova* é lida hodiernamente.

A teoria do conhecimento, tal como criada na *Ciência nova* tem um contorno empírico implícito. As diferenças possíveis entre os indivíduos históricos de diferentes tempos e lugares são encontradas em um objeto empírico: a jurisprudência. E aqui na introdução já se adianta uma tese defendida nessa dissertação: a ciência da história é uma jurisprudência diacrônica.

⁴

¹ A História Ideal Eterna tem sua definição exposta e explicada no capítulo 3 desta dissertação.

⁵

Teoria do conhecimento: apreensão dos limites do conhecimento.

⁶

Sociologia do conhecimento: as formas do saber refletem a sociedade na qual surgem.

Não se aceita sem hesitação, nesta dissertação, a tese de que a jurisprudência é a *vera philosophia*. São duas as fontes de sabedoria das nações gentias, segundo Vico: a filosofia e a jurisprudência. A primeira é útil ao sábio, que ordena privadamente a sua vida, seu corpo, suas paixões. A segunda é de uma imensa utilidade política, pois desvia, transforma as paixões bestiais em atividades cuja importância social é inegável, como o comércio, as viagens, as guerras. Duas são as fontes da sabedoria: uma filosófica, abstrata, cuja verdade depende de esforço de demonstração; a outra, escrita em livros, pedras e colunas de templos, cuja verdade depende de provas empíricas – eis a tessitura da *Ciência nova*.

A *Ciência nova* é um tipo de obra total e compartilhada, o que mostra o caráter magnânimo do seu autor, que convida o leitor a participar com ele do esforço de narração da história das nações.

É importante salientar também que Vico não pretendia fundar uma ciência de extensão limitada, mas sim uma a ciência que nós, pós-weberianos, denominaríamos, apesar do evidente anacronismo, “ciência compreensiva da história”. A *Ciência nova* é compreensiva e inacabada, deixada em aberto para que nós nunca a completemos, mas que busquemos fazer tal coisa.

Esta dissertação está disposta em três capítulos. O primeiro capítulo tem por tema principal a natureza humana, que determina a *apercepção*, ponto inicial de todo o conhecimento, e da *lógica* como ciência do intelecto, mas que limitada pelo corpo.

A função mediadora do corpo, a função de criação, da mente. Criação, sobretudo, de linguagem, é base para a compreensão dos limites e poderes da inteligência humana que divina, pois criadora, e dá pistas de uma inteligência totalmente outra, a providência divina, que de tão imanente se disfarça de transcendente.

O segundo capítulo detém-se no próprio processo do conhecimento – uma análise da epistemologia viconiana.

O terceiro capítulo trata do tema principal dessa dissertação, a ideia de história, que tem dupla função: orientar a leitura da história das nações e possibilitar um meio de previsão racional do futuro ou *re-curso* das nações, mas que é também um modelo de crise. Esse capítulo mostra que a *cronologia* é a “ciência da história” enquanto a *história ideal eterna* é a “filosofia da história” de Vico, construída a partir do conceito de “natureza humana”; conceito que pode ser compreendido apenas a partir de uma análise da “teoria do conhecimento” de Giamattista Vico.

Por conveniência, abreviaremos as indicações de citações da *Ciência nova* para “SN”, sempre que do original italiano e da tradução portuguesa. As traduções brasileiras serão citadas pelo sistema autor-data.

1 NATUREZA HUMANA

Introdução

A busca pelos princípios é importante em filosofia, é mesmo essencial. Platão foi quem formulou exemplarmente a questão, sempre retomada por Aristóteles: estamos partindo dos primeiros princípios ou estamos caminhando na direção dos mesmos? Essa pergunta é essencial também para Giambattista Vico.

Na sua investigação sobre os princípios da humanidade, que é a *Ciência nova*, o movimento é duplo. Primeiro contempla-se o mundo das nações. Em seguida, busca-se o que nele é universal. Fixam-se os princípios, que são também axiomas, no âmbito da demonstração. Deduzem-se, então, desse “sistema de axiomas”, os fatos sócio-políticos dos tempos primevos – sempre considerando o preciso recorte: os fatos da história das nações gentias, ou seja, exclusive os fatos históricos da nação hebraica, no quadro de uma cronologia hebraica.

A *Ciência nova* começa com uma contraposição exemplar: o mundo da natureza e o mundo metafísico [SN 2]. O mundo da metafísica é o mundo das mentes, em que “mente” é uma nota constituinte do conceito de “natureza humana”.

A questão sobre os primeiros princípios deve ser retomada, agora para encontrar qual área de concentração da ciência é a mais adequada na busca pelos primeiros princípios da história das nações gentias. Pompa (1990) pensa a epistemologia ser a mais importante. Mas, ele mesmo nota, parece que a metafísica é a ciência principal.

A partir destes mencionados primeiros homens, estúpidos, insensatos e horríveis bestiagas, deviam começar a refletir todos os filósofos e filólogos sobre a sabedoria dos antigos gentios [...]. E deviam começar a partir da

metafísica, como aquela que vai recolher as suas provas, não já de fora, mas de dentro das modificações da própria mente de quem a medita, dentro das quais [...], porque este mundo de nações foi certamente feito pelos homens, se deviam ir procurar os princípios; e a natureza humana, enquanto é comum com a dos animais, traz consigo esta propriedade: que sejam os sentidos as únicas vias pelas quais ela conheça as coisas ⁷ [SN 374].

A citação acima mostra a metafísica e a *gnosilogia* pensadas em conjunto. A gnosilogia é empirista: “os sentidos [são] as únicas vias pelas quais [a mente] conhece as coisas”; a epistemologia é metafísica: “o mundo das nações foi feito pelos homens”.

Há como desfazer a confusão entre metafísica e epistemologia? Considere-se a metafísica em Vico ciência que lida com a mente e com os conteúdos da mente: “a metafísica vai recolher as suas provas dentro da mente”. O mundo das nações é, pela sua própria natureza, ontológica, genética, o mundo das mentes. O mundo das mentes é um mundo metafísico. O mundo dos homens que co-instituem as nações é um mundo metafísico. Mas essa distinção é meramente teórica. Na prática, o mundo das nações é também corpóreo, e a metafísica também lida com corpos, pois que inseparáveis das mentes.

A partir de que o mundo metafísico é constituído? Para que se responda a isso, pede-se uma epistemologia. A epistemologia, como gnosilogia, trata dos limites do conhecimento, limites físicos inclusive. ⁸

⁷ “Da sì fatti primi uomini, stupidi, insensati ed orribili bestioni, tutti i filosofi e filologi dovevan incominciar a ragionare la sapienza degli antichi gentili [...]. E dovevano incominciarla dalla metafisica, siccome quella che va a prendere le sue pruove non già da fuori ma da dentro le modificazioni della propria mente di chi la medita, dentro le quali [...], perchè questo mondo di nazioni egli certamente è stato fatto dagli uomini, se ne dovevan andar a truovar i principi; e la natura umana, in quanto Ella è comune com le bestie, porta seco questa proprietà: ch’i sensi sieno le sole vie ond’elle conosca le cose.”

⁸ A epistemologia viquiana será analisada no próximo capítulo. Aqui, o importante é salientar que o conhecimento, para Vico, é movimento. Mas não há um débito de Vico para com o movimento dos átomos, de Epicuro, nem para com o mecanicismo de Hobbes, em que o movimento é movimento de corpos, não: em Vico o conhecimento é um movimento de produção, de construção, de criação enfim.

No entanto, fica claro, a partir da citação acima, que qualquer que esteja interessado na descoberta dos princípios, dos começos, da história das nações, deve começar por uma metafísica, nem abstrata nem raciocinada, mas imaginada e sentida. Como é isto: uma metafísica *sentida*?

Em primeiro lugar, a definição geral: metafísica é a ciência das causas, em Vico. Por isso ele se refere tanto a metafísica dos filósofos, como a de Platão, quanto à metafísica vulgar, poética.

Outra distinção se impõe: quando as causas dos fenômenos são entendidas como divinas, então a metafísica ganha um contorno mais específico de teologia. A teologia é um subconjunto da metafísica.

Encontrar as causas dos fenômenos físicos é relativamente fácil. Mas não quando se lida com a investigação de fenômenos culturais, em que o problema é encontrar um padrão de repetição que possa ser tomado como relação de causalidade.

Vico elabora o problema assim:

A filosofia dedica-se aqui a examinar a filologia (ou seja, a doutrina de todas as coisas que dependem do arbítrio humano, como são todas as histórias das línguas, dos costumes e dos factos, tanto da paz quanto da guerra dos povos), a qual, pela sua deplorada obscuridade das causas e quase infinita variedade dos efeitos, teve quase um horror de sobre ela reflectir;

e tradu-la em forma de ciência, ao revelar nela o desenho de uma história ideal eterna, sobre a qual transcorrem no tempo as histórias de todas as nações [...] [SN 7].⁹

Dessa citação conclui-se que a cultura é do domínio do *diferente*, a natureza é do domínio do *mesmo*. Esta é relativamente fácil de ser estudada a partir de “leis” que expressam um padrão de repetição, que fixa o eixo causa-efeito. Aquela é difícil de ser estudada, pois parece não ter padrão nenhum a que se referir. O tempo da natureza é um tempo que pode ser medido por intervalos regulares. E o tempo da cultura?

O tempo da cultura só pode ser medido pela tradição – esta foi uma descoberta original de Vico. Mas o tempo histórico não pode ser medido a partir dos puros fatos históricos. Eles, se apenas descritos, colecionados, carecem de ligação entre si mesmos. A interconexão dos fenômenos históricos, que são dados coletados a partir dos resquícios das tradições culturais, deve ser, mais uma vez, estudada a partir de algum gênero, de uma série de repetição que permanece ao longo da história que pode ser descrita apenas a partir do tempo da natureza.

Por isso a necessidade de encontrar um padrão de repetição na natureza humana. Um núcleo sólido, não de faculdades, mas de padrões de sentidos possíveis de mudança de direção da cultura, cuja expressão se dá na alteração dos sentidos dos símbolos, dos signos, da linguagem.

O domínio do diferente precisa de alicerce para que as construções ao longo da história possam se transformar. E isso Vico encontrou nas causas eficientes da ação humana: o desejo, o amor de si, da família e da república, o interesse, o temor, o assombro, imanentes à natureza humana.

⁹ “La filosofia si pone as esaminare la filologia (o sai la dottrina di tutte le cose le quali dipendono dall’umano arbitrio, como sono tutte le storie delle lingue, de’ costumi e de’ fatti così della pace come della guerra de’ popoli), la quale, per la di lei deplorata oscurità delle cagioni e quase infinita varietà degli effetti, há ella avuto quase um orrore di ragionarne; e la riduce in forma di scienza, col scoprirlvi il disegno di una storia ideal eterna, sopra la quale corrono in tempo le storie di tutte le nazioni [...]”

Portanto, o conceito de natureza humana é importante no pensamento filosófico viconiano, pois lhe interessa a *forma*, o desenho universal da direção das transformações sociais, encontrada na história das nações. A esse conceito, em suas notas fundamentais, esse capítulo é dedicado.

1.1 Conceito e função da natureza humana

A ancoragem filosófica da *Ciência nova*¹⁰ está no conceito de “natureza humana”.¹¹ A tese de partida e nota definatória é ser a natureza humana sociável. “[A] natureza [humana] tem esta propriedade principal: a de serem [os homens] sociáveis”¹² [SN 2].

A objetividade da *cronologia*, teoria do tempo ou doutrina da história, encontrada na obra supracitada, ganha expressão no texto [SN 29] em que se lê ser “a verdadeira natureza humana em todos igual.”¹³

Segundo Vico [SN 1091] nobres e plebeus tem a mesma natureza humana.¹⁴ Portanto, o ponto de partida da ciência da história¹⁵ deve ser a “natureza humana” sociável.

¹⁰ Doravante SN. Os números dos parágrafos de acordo com a edição de Fausto Nicollini serão indicados ao lado de SN. Por exemplo: [SN 1091] indica que o texto é da *Ciência nova*, parágrafo 1091.

¹¹ É claro que em se tratando de Filosofia Moderna, de um período anterior a Heidegger e Sartre, o conceito de natureza humana é ponto de partida, pelos motivos explicados, neste texto, no parágrafo imediatamente anterior.

¹² “[...] i filosofi [...] nol contemplarono già per la parte ch’era più propia degli uomini, la natura de’ quali há questa principale propietà: d’essere socievoli.”

¹³ “[...] (ch’è la vera natura umana) esser uguali in tutti, da sì fatta ugualità naturale (per le cagioni che si meditano nella storia ideal eterna e si runcontrano appuntato nella romana) [...]”

¹⁴ “Perchè i padri missionari, che sonvi andati, riferiscono che la maggior difficoltà, ch’essi hanno incontrato per convertire quelle genti Allá Cristiana religione, è ch’i nobili son si possono persuadere ch’i plebei abbiano la stessa natura umana ch’essi hanno.”

¹⁵ “História”, no sentido utilizado por Vico, é a pesquisa e exploração dos povos antigos, estranhos e longínquos. Vico quis fazer recuar essa pesquisa no tempo. Quis investigar praticamente o que chamamos hoje de pré-história, que na Ideia da Obra é representada pela selva por trás do altar. Um dos títulos de uma das

Nunca é demais enfatizar a importância do conceito de natureza humana na obra viconiana no tocante à filosofia da história.¹⁶ E como em filosofia não se pode pressupor nada, e o conceito de natureza humana é composto, deve-se, em uma primeira aproximação, analisá-lo e reduzi-lo a seu elemento mínimo, *natureza*.

Como Vico define “natureza”? Ele escreve [SN 14] que “natureza das coisas nada mais é do que seu nascimento em determinados tempos e conforme certos modos de ser, de maneira que, tal como se constituíram assim se devem manter, e não de outra forma”¹⁷ (VICO, 1999, p.96). Fica claro pela citação que o princípio filosófico (“*arché*”) é feito coincidir com “gênese histórica”. Em Vico a essência da *arché* é indissociável de *chronos*.

A justificativa dessa tese será analisada no próximo capítulo. Por agora, o que importa é enfatizar que o conceito de natureza na obra viconiana é o correspondente do filosoficamente tradicional conceito de “ser”. Em Vico, o *ser* das coisas é a sua *natureza*. O ser dos homens é a sua natureza humana.

A natureza humana é universal. A universalidade da natureza humana está em sua sociabilidade intrínseca. Para manter a sua natureza sociável o homem cria instituições sócio-políticas, e delas se compõe a história da humanidade em seus desenvolvimentos.

Uma das ideias principais defendidas nesta dissertação é haver como que uma “homologia estrutural”¹⁸ entre a natureza humana em seu devir histórico e o curso da história das nações.

Augusto Blasi, em um interessante artigo: *Vico, developmental Psychology, and human nature*, concorda com essa tese sem, no entanto, utilizar uma expressão que estabeleça

versões iniciais da *Ciência nova* trazia “sobre os princípios da humanidade”. A intenção é a pesquisa pela origem do poder político, que ele herdara de, principalmente, Locke e Hobbes.

¹⁶ O capítulo 3 desta dissertação é dedicado ao tema “filosofia da história”.

¹⁷ “Natura di cose altro non è che nascimento di esse in certi tempi e com certe guise, le quali sempre che sono tali, indi tali e non altre nascon le cose.”

¹⁸ Natureza humana (ontogênese) e história das nações (filogênese).

a sua distinção. Mas ele explica: “Vico não distingue o desenvolvimento humano do desenvolvimento das sociedades”¹⁹ (BLASI, 1976, p. 672).

Leon Pompa²⁰, outro destacado intérprete de Vico, faz menção da relação entre o indivíduo e a mudança histórica. Vê-se aí também implícita uma menção a isso que, nesta dissertação, será chamado de “homologia estrutural” entre o desenvolvimento da espécie e o desenvolvimento do indivíduo.

Em outras palavras, mais adequadas ao intento desta dissertação, a história da humanidade pode ser estudada a partir da interconexão dos fatos históricos encontrada no desenvolvimento histórico da natureza humana.

Se há semelhança entre o indivíduo e a espécie, e se uma pode ser teorizada a partir de sua semelhança com a outra, se torna importante perguntar, qual é a definição dada por Vico a “natureza humana”. Os grandes teóricos que influenciaram Vico tinham, quase todos eles, um conceito de “natureza humana”. Vico assumiu essa tradição sem alterar esse conceito ou não? Berlin (1982, p.8) interpreta o assunto da melhor maneira possível:

Que a natureza do homem não é, contrariamente ao que foi suposto durante muito tempo, estática e inalterável, nem tem permanecido inalterada; que ela nem mesmo contém uma essência ou núcleo central suficientemente sólido para manter-se idêntico através da mudança e que os próprios esforços dos homens para compreender o mundo em que se encontram e adaptá-lo às suas necessidades físicas e intelectuais, transformam continuamente, tanto a eles mesmo quanto a seus mundos.

¹⁹ “Vico does not separate human development, viewed historically, from the development of societies.”

²⁰ “Human institutions undergo constant change and are a product of human choice. Individual action, inspired by self-centered motives, are the efficient causes of this [historical] change” (POMPA, 1990, p. 40).

A tese viconiana sobre “natureza humana” é diferente e de uma profundidade verdadeiramente radical. Segundo a citação acima, não há nenhum núcleo central sólido, que expresse um padrão de repetição supra-histórico.

Se Berlin tem razão, como escapar do impasse: a natureza humana é o ponto de partida de uma teoria *científica*, causal, da história, mas a natureza humana não tem um núcleo sólido que permita ao filósofo definir um padrão de repetição ou uma estrutura?

Como estudar, sem perder o rigor filosófico, a história das instituições sociais que sustentam o mundo das nações? A resposta é: verificando as causas das transformações da natureza humana. O padrão, por mais estranho que pareça, é um padrão de *transformações*.

Pelo que esta Ciência vem simultaneamente a descrever uma história ideal eterna, sobre a qual transcorrem no tempo as histórias de todas as nações nos seus surgimentos, progressos, estados, decadências e fins. Aliás, iremos mesmo mais longe ao afirmar que, enquanto alguém medita esta Ciência, narra a si mesmo esta história ideal eterna, uma vez que – tendo este mundo de nações sido certamente feito pelos homens [...] e, por isso devendo-se descobrir o modo dentro das modificações da nossa própria mente humana [...].²¹ [SN 349]

Vico, pela citação acima, encontra a direção das transformações das instituições humanas, no caso do texto supra as nações, ao longo da história a partir das modificações da mente humana. E não é pouco.

A base científica da história se encontra nos fatos resultantes de tudo aquilo que resulta do arbítrio humano: os fatos, os fatos da guerra, do comércio, da literatura, da

²¹ “Onde questa Scienza viene nello stesso tempo a descrivere una storia ideal eterna, sopra la quale corron in tempo le storie di tutte le nazioni ne’ loro sorgimenti, progressi, stati, decadenze e fini. Anzi ci avanziamo ad affermare ch’in tanto chi medita questa Scienza egli narri a se stesso questa storia ideal eterna, in quanto – essendo questo mondo di nazioni stato certamente fatto dagli uomini [...], e perciò dovendosene ritrovare la guisa dentro le modificazioni della nostra medesima mente umana [...]”

humanidade ao longo da história. Os fatos fundamentam a teoria do conhecimento e esta a filosofia da história.

Como a natureza humana não tem uma estrutura independente da experiência social²² ela deixa rastros, pistas, indícios, pelos quais a direção do seu desenvolvimento no trânsito do, já se adiantará aqui, “animismo fundamental” até a abstração pura, como aquela de que Sócrates foi capaz ao investigar a “beleza em si”, pode ser mapeada. E daí aos re-cursos das instituições humanas históricas.

A natureza humana é o que há de comum a todos os homens, o que garante a sua universalidade. Vico dá a definição de “homem”, como se segue: “[O] homem é propriamente apenas mente, corpo e fala, esta situada a meio caminho entre a mente e o corpo” [SN 1045].

²³ A filosofia da história, em Vico, depende de uma antropologia filosófica, em que uma ideia, no sentido de modelo, *forma* de homem em seu agir social, é formulada a partir das características comuns de todos os homens, as quais resultam em “propriedades eternas”.

As condições empíricas da vida humana e da operação do corpo humano são a base para a elaboração da metafísica do conceito de “homem”. Esta depende de um padrão supra-histórico de modificações ao longo da história, que se configura como espécies distintas da mesma natureza humana.

Porém, aqui, uma distinção deve ser feita. Há três espécies de naturezas [SN 916], segundo Vico, cada uma própria de determinada época histórica. A primeira natureza é divina, a segunda heróica e a terceira humana.

²² Note a semelhança com o método que Platão utilizou em *A República*: na tentativa de compreender a alma, o filósofo contempla a cidade, o que pressupõe uma aceitação implícita da existência de uma correlação estrutural entre a alma humana e a regulação política. “Se, a pessoas que não possuíssem vista muito penetrante, fosse ordenado ler de longe, letras traçadas em diminutos caracteres, e se uma delas percebesse que estas mesmas letras se acham traçadas alhures, em grandes caracteres sobre um espaço maior, constituiria para elas, imagino, um feliz acaso poder ler primeiro as letras grandes e examinar, depois, as pequenas, para averiguar se são as mesmas. [...] É a justiça, afirmamos nós, um atributo não só do indivíduo, mas também da cidade inteira? – Por certo – confirmou” (PLATÃO, 1965, p. 121)[*A República*, II, 368c- e]. Mas há mais semelhanças a serem destacadas entre os dois autores. A divisão do tempo histórico entre idades de ouro, etc., é disso exemplo.

Mas a diferença entre a natureza divina e a heróica não é tanta que valha a pena, para os objetivos desta dissertação, detalhar. O que mais importa, aqui, é a relação entre a mente e os sentidos do corpo, os cinco sentidos.

Em uma hipotética equação da história, da qual o terceiro capítulo desta dissertação tratará, a “mente” e o “corpo” são variáveis e o “tempo” é uma constante.

A próxima sessão detalhará algumas notas do conceito de “corpo”, no tocante à sua função fundamental relativa ao conhecimento humano.

1.2 Corpo: função trópica

A SN é um conjunto avassaladoramente genial de diferentes teses hermenêuticas sobre a história, de teorias empíricas das leis que regem a mudança das instituições sociais, de teorias metafísicas, epistemológicas e metodológicas. É difícil estabelecer sem nenhuma margem de dúvida qual delas é a mais importante, por qual devemos começar. O que se propõe, nesta dissertação, é começar pelo ponto de confluência entre a epistemologia e a metafísica. Esse ponto de convergência parece ser o limite entre o físico e o intelectual. Esse ponto é o corpo.

O corpo é um conjunto de membros submetidos à natureza física. O corpo é um limite físico. A metafísica, que é uma ciência das ideias, é limitada pelo corpo, pois a metafísica a que se refere neste texto é uma metafísica “diacrônica”. Que as ciências devem começar onde seus objetos de estudo têm a sua gênese é um postulado metodológico viconiano que não exclui a metafísica.

²³

“Insomma – non essendo altro l’uomo, propriamente, che mente, corpo e favella, e la favella essendo come posta in mezzo Allá mente ed al corpo [...]”

Ora, o princípio da metafísica deve ser encontrado na própria natureza humana. O conceito de “natureza humana” contém as notas corpo, linguagem e mente. Por isso este capítulo obedece à seguinte ordem de análise: primeiro *corpo*; depois, *mente*; por fim, *linguagem*, sempre em conexão com o conceito de natureza humana. Uma das notas do conceito de natureza humana é (segundo o texto supracitado: SN 1045) “corpo”. A definição física de corpo é: “cabeça e membros inferiores” [SN 630].²⁴

A concepção antropológica viconiana de *corpo* pode ser esboçada assim: a “mente humana, [...] imersa e sepultada no corpo, é naturalmente inclinada a sentir as coisas do corpo [...]” [SN 331]²⁵. O corpo produz e introduz com violência ideias na mente humana. As ideias são formas corpóreas, nas mentes dos homens primevos.

A tese é a seguinte: o corpo dá “notícia” das coisas corporais à mente, que é uma tradução possível da parte acima citada, SN 331. Por essa razão o título dessa sessão é “corpo: função trópica”. O corpo é o meio, o instrumento de interpretação, ou melhor, ainda, na terminologia viconiana, “transposição”²⁶ do mundo que a natureza humana tem. O corpo trópico é meio, instrumento necessário e funcional, pois é ponto de partida para o conhecimento. O corpo é positivo.

A mente tem por instrumento de conhecimento o corpo. A “transferência”, a “substituição”, são ideias que se quer realçar com o título desta sessão. O corpo traduz o mundo para a mente. Mas, atenção, traduz distorcidamente.

²⁴ “Dall'altra parte il corpo, formato col capo ed altre minori membra.”

²⁵ “[La] mente umana, la quale, restata immersa e seppellita nel corpo, è naturalmente inchinata a sentire le cose del corpo [...]”

²⁶ “Transposição” é termo da arte da composição musical. “Transposição” é quando, por exemplo, Manuel de Falla transpõe sua obra *Homenage pour le tombeau de Debussy*, originalmente escrita para violão, para orquestra. Assim, algumas adaptações, para bem utilizar a maior possibilidade de variação de timbre da orquestra, são feitas. Uma transposição é sempre uma redução ou uma ampliação. No caso dos *primi uomini* o seu animismo é uma redução da natureza para o corpo, mas uma ampliação que atribui sentimento à natureza insensível.

Os tropos, as transformações, as fábulas são provas documentadas dessa tradução que já é uma modificação. Vico esclarece a questão da seguinte maneira:

É digno de observação que em todas as línguas a maior parte das expressões acerca de coisas inanimadas é feitas com transposições do corpo humano e das suas partes, e dos sentidos humanos e das paixões humanas. Como “cabeça”, por cima ou princípio; “frente”, “costas”, adiante e atrás; “olhos” das videiras e aqueles que se chamam “luzes” ingredientes das casas; “boca”, toda a abertura; “lábio”, borda de copo ou de outra coisa; “dente” de arado, de ancinho, de serra, de pente; “barbas”, as raízes; “língua” de mar; “gargantas” ou “embocaduras” de rios ou montes; “colo” de terra; “braço” de rio; “mão” por pequeno número; “seio” de mar, o golfo; “flancos” e “lados” os cantos; “costas” de mar; “coração”, pelo meio, [...] o que tudo é consequência daquela dignidade: que “o homem ignorante faz-se regra do universo”, tal como nos exemplos apresentados ele fez de si mesmo um mundo inteiro. [...] O homem, ao entender, abre a sua mente e compreende essas coisas mas, ao não entender, ele faz de si essas coisas e, ao transformar-se nelas, vem a sê-lo [SN 405].²⁷

A citação mostra que o animismo²⁸ é o meio de se obter, ou melhor, criar o conhecimento. O animismo é uma transferência de sentimento e paixões, de coisas animadas para as inanimadas.

²⁷ “Quello è degno d’osservazione: che ‘n tutte le lingue la maggior parte dell’esspressioni d’intorno a cose inanimate sono fatte com trasporti del corpo umano e delle sue parti e degli umani sensi e dell’umane passione. Come “capo”, per cima o principio [...]”

²⁸ Vico não usou a palavra “animismo”. O uso da mesma nesta dissertação é por conveniência. O sentido é o da atribuição de vida, sentimentos, paixões, a objetos inanimados.

Os *primi uomini* conhecem ao criar a natureza circundante à sua própria imagem. Este meu braço que curva o rio. Este meu desejo que liga o ferro ao ímã. É como as crianças que tomam “coisas inanimadas entre as mãos e, divertindo-se, [falam-lhas] como se elas fossem pessoas vivas.”²⁹ [SN 186]. E Vico termina o parágrafo afirmando ser esse procedimento axiomático, propriedade dos homens desse mundo que estava em sua infância [*uomini del mondo fanciullo*].³⁰

Há uma época histórica em que a o instrumento da mente é o corpo. “Os homens primeiro sentem sem advertir, depois advertem com ânimo perturbado e comovido, finalmente refletem com mente pura.”³¹ [SN 218]. Em primeiro lugar, dessa citação fica clara a noção de sucessão: os homens primeiro..., depois... Em segundo lugar, “*avvertire*” pode ser traduzido também como “aperceber”. Marco Lucchesi melhor traduziu nesse sentido mesmo: “Os homens sentem sem aperceber, depois se apercebem com espírito perturbado e comovido, e, finalmente, refletem com mente pura.” (VICO, 1999, p. 109). Essa tradução leva em conta o contexto, pois logo abaixo Vico contrapõe essa passagem a uma que se refere aos raciocínios filosóficos [SN 219]: “sentenças filosóficas, que se formam a partir da reflexão com os raciocínios [...]”³²

Os primeiros homens não foram *racionais*, ou pelo menos não tinham capacidade de abstração: nos tempos primevos “os homens do gentilismo não compreendiam razões, [e assim tomaram] em lugar da razão, a autoridade dos auspícios [...], quando os homens não

²⁹ “Il più sublime lavoro della poesia è alle cose insensate dare senso e passione, ed è proprietà de’ fanciulli de prender cose inanimate tra mani e, trastullandosi, favellarvi come se fussero, quelle, persone vive. Questa dignità filologico-filosofica ne approva che gli uomini Del mondo fanciullo, per natura, furono sublimi poeti.”

³⁰ Para uma interpretação riquíssima do tema “infância”, consultar o artigo de H. Guido. *La niñez de Vico y la niñez em la filosofía de Vico*. In: CUADERNOS SOBRE VICO. Vol. 11, 12 (1999-2000).

³¹ “Gli uomini prima sentono senz’avvertire, dappoi avvertiscono com animo perturbato e commosso, finalmente riflettono com mente pura.”

³² “[...] sentenze filosofiche, che si formano dalla riflessione com raziocini [...]”

encontra[ram] razão nas coisas humanas”³³ [SN 948]. A razão é a capacidade de erigir uma ideia abstrata como padrão, como critério da ação, ou a capacidade de uma ideia de ordem, para aplicação na regulação da comunidade civil.

As fábulas foram o meio primitivo de educação. Os homens que não tinham capacidade de abstração, e não conheciam signos, somente símbolos, transmitiam o seu saber poético por meio de histórias fantasiosas. A fantasia ocupava o lugar da reflexão, do raciocínio. Meditando sobre os tempos bárbaros, Vico escreve que:

Os povos, os quais eram quase todos corpo e quase sem nenhuma reflexão, deviam possuir todos vívido sentido para sentirem os particulares, forte fantasia para os aprender e aumentar, agudo engenho para os reportar aos seus gêneros fantásticos e robusta memória para os reter. Faculdades essas que pertencem, é verdade, à mente, mas adentram as suas raízes no corpo e pelo corpo ganham vigor. Pelo que a memória é o mesmo que a fantasia [...] [SN 819].³⁴

Nos homens primevos o corpo predominava como potência de conhecimento. Isso não significa que não conseguiam abstrair ainda as formas dos objetos, não conseguiam formular palavras universais. Conseguiam pensar por meio de imagens, não definições. A principal faculdade de pensamento era então a fantasia. Mas como se formavam na mente as fantasias? Através do corpo.

³³ “[...] ne’ primi tempi che gli uomini del gentilesimo non intendevam ragione [...], ch’entrassero nell’errore di tener a luogo di ragione l’autorità degli auspici, [...] ch’ove gli uomini nelle cose umane non vedon ragione [...].”

³⁴ “[...] i popoli, i quali erano quase tutti corpo e quase niuna riflessione, fussero tutti vivido senso in sentir i particolari forte fantasia in apprendergli ed ingrandirgli, acuto ingegno nel rapportargli a’ loro generi fantastici, e robusta memória nel ritenergli. Le quali faculta appartengono, egli è vero, Allá mente, ma metono le loro radici nel corpo e prendon vigore dal corpo. Onde la memória è la stessa che la fantasia [...].”

Agora é preciso retomar a ideia de corpo, com um pertinente lembrete sobre a natureza das operações intelectuais comuns a todos os seres humanos: “**Apreender**, isto é, conceber uma idéia. **Julgar**, isto é, afirmar ou negar uma relação entre duas idéias. **Raciocinar**, isto é, de dois ou vários juízos dados, tirar um outro juízo que destes decorre, necessariamente.” (JOLIVET, 1966, p. 31).

Em Vico, o corpo é o meio pelo qual ideias são anunciadas à mente, isto é, meio de *apercepção*. Mas a tese viconiana, inesperada, é a de que os homens primevos (*primi uomini*) *sentem* sem *aperceber*.³⁵ Eles são movimento incessante. Já sentem e logo se põem em movimento. Continuam no seu vagar ferino pela densa selva da terra. O que os move?

Mas esses primeiros homens, que foram depois os príncipes das nações gentias, deviam pensar sob fortes impulsos de violentíssimas paixões, que é a forma de pensar dos animais. Assim, devemos retroceder a uma metafísica vulgar [...] e, a partir daquela, repetir o pensamento pavoroso de uma qualquer divindade, que deu norma e medida às paixões animais desses homens perdidos e as tornou paixões humanas. Desse tal pensamento deve ter nascido o conato, que é próprio da vontade humana, de refrear os motos imprimidos à mente pelo corpo, ou para completamente os aquietar, o que é próprio do homem sábio, ou, pelo menos, dar-lhes outra direção para melhores usos, o que é próprio do homem civil. Este refrear os motos dos corpos é certamente um efeito da liberdade do arbítrio humano [...] [SN 340].³⁶

³⁵ Sentir sem advertir pode significar sentir sem prestar atenção ao que é sentido.

³⁶ “Ma tali primi uomini, che furono poi i principi delle nazioni gentili, dovevano pensare a forti spinte di violentissime passioni, che pensare da bestie. Quindi dobbiamo andare da una volgare metafísica [...] e da quella ripetere il pensiero spaventoso d’una qualche divinità, ch’alle passioni bestiali di tal’ uomini perduti pose modo e misura e le rende passioni umane. Da cotal pensiero dovette nascere Il conato, Il qual è próprio dell’umana volontà, di tener in freno i moti impressi alla mente dal corpo, per o affatto acquetargli, ch’è dell’uomo sapiente, o almeno dar loro altra direzione ad usi migliori, ch’è dell’uomo civile. Questo infrenar Il moto de’ corpi certamente egli è um effetto della libertà dell’umano arbítrio, e sì della libera volontà [...]”

Tomo por “paradigma” viconiano da relação corpo-mente a expressão *moto de’ corpi*, “os motos impressos à mente pelo corpo.” Os *primi uomini* sentiam e imediatamente agiam. As sensações e paixões são princípio de movimento, como animais. Por isso os *primi uomini* são “*bestie*”, “*bestioni*”, besta-fera³⁷. Eles não são ainda homens, no sentido de ainda não terem criado a sociedade, a comunidade humana, o mundo civil. Deles se origina o mundo civil, pois são os príncipes das nações gentias, mas note-se o detalhe: *depois*, pois em um primeiro momento eles ainda não controlam os motos imprimidos à mente pelo corpo.

“Depois”, pela ideia pavorosa de uma divindade tonitroante, nasceu o conato, que é a potência de impor limite à volúpia daqueles corpos robustos. Vê-se que a sociedade civil se torna possível somente por um *engano* da mente, impresso pelo corpo, quando pensa o céu. Nesse estágio, o do surgimento da sociedade civil, pelo primeiro pensamento humano, o corpo imprime na mente uma ideia falsa de uma potente divindade.

Certamente aqui se vê uma influência de Bacon, um dos seus autores preferidos, pois guarda muita semelhança com a teoria dos *idola*, mais especificamente um dos *idola tribus*.

³⁸³⁹A natureza humana, no processo de tentar obter conhecimento, se antecipa à natureza “circundante”. Nas palavras do próprio Bacon (1998, p.21): “todas as percepções, tanto dos sentidos quanto da mente, guardam analogia com a natureza humana, e não com o universo”. Agora, Vico [SN 180]: “Os homens ignorantes das causas naturais que produzem as coisas, quando não as podem explicar nem mesmo por coisas similares, atribuem às coisas a sua

³⁷ “Da sì fatti primi uomini, stupidi, insensati ed orribili bestioni [...]” [SN 374]

³⁸ A relação está posta entre os ídolos da tribo e o antropomorfismo. Em Bacon um erro, em Vico um estágio natural do desenvolvimento da mente.

³⁹ “Os ídolos da tribo estão fundados na própria natureza humana, na própria tribo ou espécie humana. É falsa a asserção de que os sentidos do homem são a medida das coisas. Muito ao contrário, todas as percepções, tanto dos sentidos como da mente, guardam analogia com a natureza humana e não com o universo. O intelecto humano é semelhante a um espelho que reflete desigualmente os raios das coisas e, dessa forma, as distorce e corrompe.” (BACON, 1998, p. 21).

própria natureza, como o vulgo, por exemplo, diz estar a calamita enamorada do ferro.”⁴⁰ A analogia com a natureza humana, de que escreve Bacon, é explicada por Vico da seguinte maneira:

A curiosidade, propriedade conatural do homem, filha da ignorância, que gera a ciência, ao produzir a abertura da nossa mente ao espanto, tem este costume: que quando observa um efeito extraordinário da natureza, como cometa, parélio, ou estrela do meio-dia, imediatamente pergunta o que quer dizer ou significar tal coisa [SN 189].⁴¹

E a resposta encontrada é a ficção, ou fingimento, que aqui não tem exatamente sentido pejorativo, mas trata-se, quase que invariavelmente, de ideias que resultam de um processo defeituoso de apercepção, o engano produzido pela característica da natureza humana de interpretar tudo a partir de si mesma, de não estar aberta à percepção sem a mediação corpórea. Por isso:

Devemos comprovar terem possuído essas naturezas os primeiros autores da humanidade gentílica quando [...] o céu finalmente relampejou, trovejou com raios e trovões muitíssimo espantosos, como deve ter acontecido ao introduzir-se no ar, pela primeira vez, uma impressão tão violenta. Ali, uns poucos gigantes, que devem ter sido os mais robustos, e que estavam dispersos pelos bosques situados no alto dos montes, tal como

⁴⁰ “Gli uomini ignoranti delle naturali cagioni che producon le cose, ove non le possono spiegare nemmeno per cose simili, essi danno alle cose la loro propria natura, come il volgo, per esempio, dice la calamita esser innamorata del ferro.”

⁴¹ “La curiosità, propietà connaturale dell’uomo, fìliuola dell’ignoranza, che partorisce la scienza, all’aprire che fa della nostra mente la meraviglia, porta questo costume: ch’ove osserva straordinario effetto in natura, come cometa, parélio, o Stella di messodì, súbito domanda che tal cosa voglia dire o significare.”

feras mais robustas ali têm os seus covis, eles, assustados e atônitos com o grande efeito de algo cuja causa desconheciam, ergueram os olhos e advertiram [aperceberam] o [céu]. E porque em tal caso a natureza da mente humana leva a que ela atribua ao efeito a sua natureza [...], e a sua natureza era em tal estado, de homens todos de robustas forças de corpo que, gritando, rugindo, expressavam as suas paixões violentíssimas, fingiram ser o céu um grande corpo animado, a que, por esse aspecto, chamaram Júpiter, o primeiro deus das gentes chamadas *maiores*, que com o silvo dos raios e com o fragor dos trovões lhes quisesse dizer alguma coisa; e, assim, começaram a celebrar a curiosidade natural, que é filha da ignorância e mãe da ciência, que gera a admiração, ao produzir a abertura da mente do homem [...]. Natureza essa que ainda permanece obstinada no vulgo, que, sempre que vêem um qualquer cometa, ou parélio, ou coisa extravagante na natureza e, particularmente, no aspecto do céu, de imediato despertam a curiosidade e, todos ansiosos na pesquisa, perguntam o que querará essa coisa significar [SN 377].⁴²

As naturezas dos primeiros homens se caracterizam como de robustas forças de corpos. A impressão do corpo na mente é violenta, nesse estágio. As mentes sepultadas nos corpos.

Continuando, a apreensão em uma natureza humana tal como a dos *primi uomini* é de caráter anímico. O animismo molda a apreensão. O resultado são ideias falsas. Mas tais ideias

⁴² “Com tali nature si dovettero ritruovar i primi autori dell’umanità gentilesca quando [...] il cielo finalmente folgorò, tuonò com folgori e tuoni spaventosissimi, come dovet’avenire per introdursi nell’aria la prima volta um’impressione sì violenta. Quivi pochi giganti, che dovetter esser gli più robusti, ch’erano dispersi per gli Boschi posti sull’alture de’ monti, siccome le fiere più robuste ivi hanno i loro covili, egliono, spaventati ed attoniti dal grand’effetto di che non sapevano la cagione, alazrono gli occhi ed avvertirono Il cielo. E perchè in tal caso la natura della mente umana porta ch’ella attribusca all’effetto la sua natura, [...] e la natura loro era, in tale stato, d’uomini tutti robuste forze di corpo, che, urlando, brontolando, spiegavano le loro violentissime passioni; si finsero Il cielo esser um gran corpo animato, che per tal aspetto chiamarono Giove, Il primo Dio delle genti [...]”

falsas escrevem o certo das coisas humanas que civilizaram os homens. O “homem” é resultado de ideias falsas. Por isso elas devem ser tomadas a sério, pois os princípios da humanidade são encontrados na própria mente daquele que investiga esse assunto, salvo pelas transformações da natureza humana, de capacidade de concreção para capacidade de abstração.

O corpo humano molda a natureza com gestos, e transmite a outros o conteúdo da sua apreensão por palavras e ideias. O corpo é para os *primi uomini* “a medida de todas as coisas.” O corpo é o *limite* do conhecimento. É essa a tese que nos importa aqui. Pois, segundo a tese apresentada por Vico em *A antiqüíssima filosofia dos italianos* o conhecimento é movimento de ligação de elementos. Por isso o homem não pode conhecer com perfeição os fenômenos naturais, pois ele não os fez.

Porém, o conhecimento é um fazer, é construção, é produção.⁴³ Resta então fazer ciência daquilo que o homem faz, e o que ele faz é um mundo das nações, um mundo metafísico, um mundo que existe na mente dos seres humanos.

Agora, recapitulando para fechar esta sessão da dissertação, Vico fundamenta haver uma semelhança entre o desenvolvimento humano e, pela ótica da história das nações, o desenvolvimento das sociedades.

A diferença entre as espécies de natureza humana encontra-se na *forma* da influência do corpo sobre o conhecimento humano. A forma de tal influência é a silhueta do corpo impressa na mente. Por isso a metáfora é a primeira forma de conhecimento humano.

A metáfora é a expressão da tradução distorcida que a natureza humana dos tempos obscuros faz da natureza circundante, a partir do *corpo*. O processo de humanização, de civilização, começa quando a natureza passou a significar algo para o homem, a partir do seu próprio corpo.

⁴³

Ver nota número 2, acima.

A natureza humanizada é uma natureza corporificada imaginativamente. Portanto, a história das nações precisa ser escrita a partir da mediação de um sujeito histórico, cujo fundamento material, objetivo, está no *corpo*.

Mas a tirania do corpo sobre a mente não é eterna. Por isso, agora importa analisar a função da mente no desenvolvimento histórico da natureza humana.

1.3 Mente: função civilização

Retomando o assunto de um ponto adequado, Vico tem um modelo fundamental para explicar a sucessão dos fatos históricos das nações. A história ideal eterna é fundamentada num *modelo* antropológico-filosófico que pode ser representado por uma equação cujas variáveis são: *mente* e *sentidos*. Aqui temos o conceito pelo qual julgar a história das nações: o sentido, a direção da transformação das mentes. Quanto mais recuamos no tempo mais os homens têm suas mentes atrofiadas, no sentido da incapacidade de um pensamento puro, sem imagens, abstrato, e os sentidos desenvolvidos para perceber a natureza física como ela é, e não pela determinação alienante da tradição – o que configura preconceito gnosiológico. Quanto mais nos aproximamos dos tempos modernos, mais a mente está desenvolvida e os sentidos determinados pela mente.

A determinação metafísica do conceito “mente” encontra-se em *A antiqüíssima filosofia dos italianos*: “a mente se manifesta no pensamento” (VICO, 1993, p. 115). O pensamento é criador, pois “quando um homem dirige o seu pensamento a um objeto, engendra os modos das coisas e suas imagens” (VICO, 1993, p. 116).

Acrescente-se que a mente não se reduz ao cérebro, mas “o cérebro é um instrumento da mente” (VICO, 1993, p. 117), visto que “uma pessoa com lesão cerebral ainda pode usar a

sua razão” (VICO, 1993, p. 117). A mente é uma instância metafísica que produz as ideias das coisas e engendra os modos e as imagens das mesmas.

O poder de criação de signos e imagens é retomado na SN 237 em que se lê: “As palavras são transportadas dos corpos e das propriedades dos corpos a expressar as coisas da mente e do espírito.”⁴⁴ E Vico analisa a criação das palavras. Segundo ele, o processo de criação de palavras é posterior a um período em que não é convencional, mas expressão direta das emoções humanas, em que o homem manifesta a sua voz com gritos, grunhidos e depois o canto. O processo de criação de palavras passa por um período em que cada família cria o seu próprio vernáculo.

O processo de socialização dos significados das palavras acontece em tempos de república aristocrática, resultado da crise da organização política patriarcal. O mesmo acontece com as leis, que são palavras tornadas certas pelos atos solenes. Algumas leis são guardadas por muito tempo como *arcanum*, segredo. Tempos de crise geram a necessidade de socialização das palavras e dos seus significados, e o processo se desenvolve ao máximo em organizações políticas democráticas, segundo a necessidade social.

Bosi (1977, p. 205) esclarece esse ponto: “Mas a rede crescente de necessidades sociais vai fazendo derivar dessa fala musical e corpórea outra linguagem, que reduz a força viva dos sons à matéria opaca a serem utilizada para a cunhagem de novos e mais genéricos significados.” Isso está de acordo com um axioma que aponta os efeitos políticos do princípio anteriormente citado: “Os homens primeiro sentem a necessidade, então atentam para a utilidade, depois ao conforto, depois se divertem com o prazer, então crescem em dissolução e luxúria, finalmente vão mal e gastam a sua substância” [SN 241].⁴⁵ O sentimento das

⁴⁴ “Questa degnità ne dà l’universal principio d’etimologia in tutte le lingue, nelle qual’i vocaboli sono trasportati da’ corpi e dalle proprietà de’ corpi a significare le cose della mente e dell’animo.”

⁴⁵ “Gli uomini prima sentono il necessario, dipoi badano all’utile, appresso avvertiscono il cômodo, più innanzi si diletano Del piacere, quindi si dissolvono nel lusso, e finalmente impazzano in istrappazzar le sostanze.” O professor Vladimir Chaves dos Santos propõe a seguinte tradução, mais acurada: “Os homens

humanas necessidades dá o impulso motor ao surgimento da linguagem, que é, em um primeiro momento, verdadeira, pois expressão direta dos objetos úteis e necessários à vida.

A verdade é a utilidade das coisas, no âmbito da linguagem dos primeiros homens. Bosi (1977, p. 204) explica ainda mais que “é porque a linguagem se formou, *ab initio*, no espaço da corporeidade, “os seus símiles são ferinos e selvagens, as suas descrições são cruas, e a locução é toda evidência, esplendor.” O falar dos homens primevos era um falar verdadeiro, e por isso fundaram a sociedade civil. Por isso, a mente tem a função de criar a civilização.

O processo de civilização aconteceu quando a natureza passou a significar algo para o homem, e isso se deu a partir do seu próprio corpo, depois a partir dos outros corpos e das coisas. A natureza, o mundo físico, é natureza humanizada na sua corporeidade que surge no transporte das propriedades dos corpos humanos para as coisas sob pressão da horrível necessidade.

Conceito importante de se analisar em se tratando do assunto “mente” é o de “providência divina”. Na sessão inicial da *Ciência nova*, a “providência divina” recebe sua definição geral:

O triângulo luminoso que tem dentro de si um olho vidente é Deus, sob o aspecto da sua providência, aspecto pelo qual, em atitude extática, a metafísica o contempla sobre a ordem das coisas naturais, ordem pela qual até a gora o têm contemplado os filósofos; porque ela, nesta obra, elevando-se mais alto, contempla em Deus o mundo das mentes humanas, que é o mundo metafísico, para demonstrar a sua providência sobre o mundo das

primeiro sentem o necessário, depois cuidam do útil, em seguida atentam para o cômodo, mais adiante se deleitam com o prazer, então se corrompem no luxo, finalmente enlouquecem em destruir as coisas”.

almas humanas, que é o mundo civil, ou seja, o mundo das nações [...] [SN 2].⁴⁶

O contexto remoto do conceito de “providência divina” deve ser invocado aqui. Os teóricos políticos estudados por Vico, principalmente Hobbes e Locke, dedicaram uma extensão considerável a suas reflexões sobre o “estado de natureza”. O objetivo dos autores políticos modernos sempre foi investigar a origem, a extensão e a justificação do poder político, que é o direito que alguém tem de criar leis em prol do bem público.

O que se quer ressaltar aqui é que o “estado de natureza” foi compreendido mais ou menos como um estágio histórico de ausência de legislação civil em que a espécie humana luta com todas as suas forças pela manutenção da vida. A violência foi compreendida como um meio dos mais utilizados para esse fim de manutenção da vida.

O “estado de natureza” [*stato eslege*] é o contexto e a atmosfera do conceito de “providência divina” em Vico. Pela SN 177-178:

Quando os povos se encarniçam com as armas, de modo que entre eles já não têm lugar as leis humanas, o único meio poderoso para os submeter é a religião.

Esta dignidade estabelece que, no estado fora-da-lei, a providência divina deu origem a que os ferozes e violentos se encaminhassem para a humanidade e que se ordenassem as nações, ao despertar neles uma ideia confusa da divindade, que eles, devido à sua ignorância, atribuíram a quem

⁴⁶ “Il triangolo luminoso con ivi dentro um occhio veggente egli è Iddio com l’aspetto della sua provvidenza, per lo qual aspetto la metafisica in atto di estática Il contempla sopra l’ordine delle cose naturali, per lo quale finora l’hanno contemplato i filosofi; perch’ella, in quest’opera, più in suso innalzandosi, contempla in Dio il mundo delle menti umane, ch’è ‘l mondo metafísico, per dimostrarne la provvidenza nel mondo degli animi umani, ch’è ‘l mondo civile, o sai il mondo delle nazioni [...]”

ela não convinha; e assim, com o pavor desse divino imaginado, começaram a submeter-se a uma certa ordem.⁴⁷

Uma ideia *confusa* da divindade, marca o ponto em que Vico se distancia da tradição do pensamento político. Ideias confusas foram consideradas erros a se evitar, no século XVII. A providência divina fora pensada como Deus ótimo máximo, a verdade por excelência, a quem nem o mal nem o erro poderiam ser atribuídos.

A providência divina esteve em destaque nas obras sobre políticas pensadas a partir de doutrinas religiosas. Deus, pessoal, transcendente, teria ditado as primeiras leis que ordenaram as primeiras sociedades humanas. Deus, como mantenedor da vida, providenciou os meios necessários para a sobrevivência da sua criatura, o homem.

Vico redefiniu a ideia de providência divina de tal maneira que os intérpretes não estão de acordo sobre o sentido dela. Alguns, a partir da evidência externa ao texto, enfatizam um Vico que tenta escapar da censura da Inquisição católico-romana por meio de uma escrita sutil, que para ser compreendida apropriadamente teria que ser lida a partir da sua intenção. Outros fazem de Vico um católico romano ortodoxo. É o caso de Berlin (1982, p. 77), que interpreta a providência divina segundo Vico como um Deus transcendente, pois escreve que:

[...] muitos fatos humanos têm conseqüências inesperadas, de grande utilidade e importância. Como muitos pensadores antes e depois dele, Vico interpreta isso como a evidência de uma finalidade suprema, oculta aos olhos humanos e transcendendo os propósitos individuais – a mão escondida da divina Providência, sem a qual o movimento da história não pode ser compreendido.

⁴⁷ “Ove i popoli son infieriti con le armi, talché nn vi abbiano più luogo l’umane leggi, l’único potente mezzo di ridurgli è la religione. Questa degnità stabilisce che nello stato eslege la provvidenza divina diede

Na interpretação de Berlin, a providência divina é “Deus” transcendente, pela citação acima, que compara a providência divina a uma “mão escondida”, que transcende os propósitos individuais. É possível que sim. Parece haver laconismo o suficiente para permitir razoabilidade para as duas interpretações, a primeira das quais, referidas acima, será retomada aqui, a partir de uma interpretação exemplar.

Guido (2006, p. 130) resume o assunto de uma maneira esclarecedora e original:

A representação moderna de Deus já havia sido adotada por Vico em 1710: a ideia que conferia identidade ao Ser superior era a mesma dos geômetras: “Deus é Um ente infinito e eterno” (*De ant.*, p.252). Anos mais tarde, na primeira edição da *Ciência Nova*, persistiu a influência dos geômetras, que foi complementada pela metafísica racionalista, cuja definição de Deus o apresenta como “mente infinita e eterna” (*Sn25*, p. 11). Finalmente, na edição definitiva, Deus é “mente senhora e livre absoluta” (*Sn44*, § 2). A aceitação da nova representação de Deus permitiu a formulação de uma nova ideia de providência, que está presente no mundo e existe verdadeiramente na história, podendo ser entendida como a ajuda natural desse Deus “Mente senhora livre absoluta”.

A interpretação de Guido faz da providência divina em Vico um efeito da natureza, imanente a história em seu desenvolvimento. Para reforçar a interpretação de uma providência imanente, lê-se: “[...] para explicar o mundo social, Vico não precisou apelar à intervenção sobrenatural de Deus sobre os desígnios humanos” (GUIDO, 2006, p. 138). E, por fim, Guido nos conduz ao ponto mais importante de toda essa discussão:

principio a’fieri e violenti di condursi all’umanità ed ordinarvi le nazioni, com risvegliar in essi um’idea confusa della divinità [...].”

O mundo civil depende do intelecto e da vontade, para concluir é oportuno recordar o que já foi dito: no intelecto estão as sementes da verdade, com as quais se produz a história. Por fim, a história das ideias humanas pode ser conhecida, elas resultam da ação providente de Deus que habita a mente humana (GUIDO, 2006, p. 138).

O ponto de maior interesse aqui é o da função civilizatória da mente humana. A mente humana trabalha com, lê (etimologicamente: liga elementos), compreende em si mesma pontos, traços, linhas, sons, princípios morais. Mas cada mente individual também está sujeita ao padrão de transformação da história como um todo. Através da história das ideias humanas é possível traçar o padrão de transformação das instituições civis. A história das mentalidades é o ponto de partida para a SN.

Uma questão pode ser levantada com propriedade: se as mentes dos indivíduos seguem o mesmo padrão histórico-genético de transformações, no ponto mais recuado da história, o ponto da infância dos homens, pode-se falar em “mente” humana? Considere-se ainda o que já foi tratado acima, na sessão dedicada ao “corpo”, em que se afirmou estar, a mente dos homens primevos, sepultada nos corpos.

A resposta, a mais importante, é considerar que nesse estágio da história da humanidade em que as mentes individuais não estavam desenvolvidas, mas sepultadas nos corpos, a providência divina, como um impulso interior inconsciente, guiou os homens à sociabilidade – o que realmente importa em se tratando da teoria sobre a história – fazendo homens acalmados, em tempos de fúria e rebelião, por meio da religião. É com o temor de alguma divindade que os homens se põem sob alguma ordem.

Algumas ideias devem ser ora retomadas. A mente humana faz de si própria regra do universo, quanto às coisas que ignora. A física dos ignorantes é a atribuição à vontade divina as causas que ignoram dos efeitos. Quanto mais potente a fantasia, mais precário o raciocínio.

O mais sublime ofício da poesia é atribuir sentido e paixão aos vários objetos, como as crianças que conversam com objetos inanimados, como se fossem vivos.

A providência divina foi uma descoberta original de Vico que, por não ter linguagem disponível na época para expressar essa ideia, a ideia de inconsciente, o levou a utilizar um clichê da teoria política? É uma possibilidade. Talvez por essa razão Peter Burke (1997) encontra em Vico um impulso para a psicanálise contemporânea.

Todavia é oportuno assinalar que a providência divina é uma espécie de *mente por substituição*. Já que os homens primevos têm as suas mentes sepultadas nos sentidos, não possuindo a capacidade da reflexão a partir de universais abstratos, a providência divina levou os homens a, buscando o útil de acordo com os seus interesses particulares, ao convívio com outros homens. Também, a providência divina dispôs os afetos do homem de tal maneira que criaram as primeiras religiões, que puseram freio às suas bestialidades, que são erros politicamente benéficos.

Até aqui o assunto da mente foi analisado a partir do efeito do pensamento, e pensamento concreto, por meio de linguagem concreta. No entanto, a mente humana tem a possibilidade de pensar ideias abstratas. E dessa possibilidade surge a autocompreensão. Pois “a mente humana é naturalmente inclinada pelos sentidos a ver-se externamente no corpo, e so mente com muita dificuldade ela chega a se compreender por meio da reflexão” [SN 379].

A reflexão propicia o surgimento da consciência, que é uma reflexão da mente sobre si mesma, quando ela toma, a si mesma, como objeto do pensamento. “Ciência” e “consciência” são ideias discutidas na obra de Vico como um todo. Importa distinguir consciência como não ainda ciência, mas esta não pode acontecer sem aquela. “Consciência” está implícito, compreendido no conceito de “ciência”.⁴⁸

⁴⁸ De acordo com o Prof. Vladimir Chaves dos Santos, a mente sepultada no corpo é a matéria de reflexão sobre a origem da história; a mente pura é aquela que permite a autocompreensão, o conhecimento da natureza humana – emula o próprio sujeito cognoscente da história.

Pelo que foi dito no parágrafo anterior é preciso acrescentar: a questão da mente é um problema metodológico, tanto quanto gnosiológico. Na sessão em que o método da *Ciência nova* é proposto, há o seguinte apontamento:

Pelo que a própria prova que continuamente aqui se fará será o estabelecer e reflectir se a nossa mente humana, na série dos possíveis que nos é permitido compreender, e pelo quanto nos é permitido, poderá pensar mais ou menos ou as várias causas daquelas donde provêm os efeitos do nosso mundo civil. O que ao fazê-lo, provará o leitor um prazer divino nesse corpo mortal, ao contemplar nas divinas ideias este mundo de nações em toda a extensão dos seus lugares, tempos e variedades [...] [SN 345].⁴⁹

O problema é posto nos seguintes termos: pode a mente humana refletir, na série das causas possíveis, e compreender as causas diversas do mundo civil?

“Compreender” é um termo importante no raciocínio aqui desenvolvido. Segundo a *Antiquíssima filosofia dos italianos*, “*intelligere*, compreender, é a mesma coisa que ler com clareza e conhecer com evidência” (VICO, 1993, p. 71). A compreensão é a quantidade de elementos de uma coisa pensada. Porém a mente humana não pode compreender tudo.

O corte epistemológico é representado na tese segundo a qual o homem pode *pensar* as coisas do mundo físico, mas não as pode *compreender* (VICO, 1992, p. 72). Compreender tem um uso rigoroso do sentido de fazer, abarcar, reproduzir as coisas durante o ato intelectual. Se esse corte veda ao ser humano a possibilidade de compreensão do mundo físico, é preciso procurar o que pode ser apropriadamente compreendido por ele.

⁴⁹ “Onde la propia continua pruova che qui farassi sarà il combinar e riflettere se la nostra mente umana, nella serie de’ possibili la quale ci è permesso d’intendere, e per quanto CE n’è permesso, possa pensare o più o meno o altre cagioni di quelle ond’escono gli effetti di questo mondo civile. Lo che faccendo, il leggitore pruoverà um divin piacere, in questo corpo mortale, di contemplare nelle divine idee questo mondo di nazioni per tutta la distesa de’ loro luoghi, tempi e varietà [...]”

Percebe-se implícito na obra de Vico o princípio de que o “cientista” não deve prescindir da “consciência”. Por isso ele deve narrar para si mesmo a história das nações. Como objeto apropriado ao conhecimento rigoroso, resta o mundo das nações, o mundo das instituições civis, das ideias de ordem, o mundo metafísico.

Eis o objeto apropriado ao pensamento humano: o mundo que o homem cria; e o método adequado para pensar esse objeto: pode-se refletir sobre as causas do *mondo civile*, após delimitar bem as séries de causas possíveis que gerou os costumes, as leis, as instituições civis.

Conclusão

Até aqui se expôs, em linhas gerais, as notas principais do modelo antropológico em que se baseia Vico na *Ciência nova*. O homem é: *mente, corpo e fala*. A mente tem a capacidade de se compreender a si mesma, e ao refletir sobre si mesma como que fora do corpo dominar a este, criando princípios de conduta que forcem os homens a conviverem, estabelecendo as bases da sociabilidade mediada pela linguagem. A mente é uma construção metafísica que gera o conjunto de mais de uma mente, o mundo metafísico, o mundo das mentes humanas, um mundo todo seu.

O mundo civil foi considerado efeito da “providência divina” que, por intermédio de uma ideia confusa de divindade, gerou em nações separadas no tempo e no lugar ideias de vários júpiteres, a partir dos quais surgem as nações. A providência divina tem a sua importância ao instaurar uma *ordem* no mundo das nações. No mundo humano, a Providência se manifesta de modo natural, imanente, e não sobrenatural e transcendente.

Quanto às conseqüências para a metodologia da *Ciência nova*, destacou-se que a mente é o princípio do qual deve partir aquele que medita sobre as coisas civis; meditação essa controlada, quando se trata dos tempos obscuros, sem história certa, pela série dos possíveis, que são os gêneros das coisas humanas, das causas possíveis de geração do mundo das nações.

Outro princípio metodológico importante, ressaltado acima, é o de que as línguas das nações estão intrinsecamente ligadas ao período da história em que surge a nação em estudo. No terceiro capítulo desta dissertação há uma reflexão sobre a importância metodológica do conceito de “nação” em Vico. Cada nação surge a partir de uma língua que estabelece princípios de conduta fixados em formulas cerimoniais. A transformação das línguas indica o desaparecimento de determinada nação e o surgimento de outra. As línguas são o meio pelo qual o pensamento manifesta a mente.

Como padrão de transformações, observa-se que as línguas primevas são mudas, por meio dos movimentos rituais dos corpos. As línguas dos tempos dos heróis são poéticas, pois que representam imagens de heróis, narram os feitos dos gigantes. As línguas de tempos humanos são abstratas, mas já trazem em si mesmas o germe da mudança, pois ficam tão abstratas que nadam no falso.

O modelo antropológico de homem, que representa a concepção de “natureza humana” afirma ser o homem uma entidade física, metafísica e mental, cujas componentes são corpo e mente, com a linguagem exercendo o papel de meio de contato entre os dois. Esse modelo serve para ancorar a teoria do conhecimento de Vico, o próximo assunto a ser abordado.

2 TEORIA DO CONHECIMENTO

Introdução

A filosofia, na modernidade, se volta para a fundamentação do conhecimento científico tendo como parâmetro as ciências da natureza. Estas, por sua vez, tinham como método a redução dos fenômenos naturais a representações matemáticas, a exemplo da Mecânica cartesiana, e depois, da Física newtoniana. Como às disciplinas do currículo humanístico, especialmente a história, não se aplicava o raciocínio demonstrativo,⁵⁰ sendo mais adequado a elas o raciocínio dialético, pensava-se, por isso mesmo, devido à ausência de provas matemáticas para as mesmas, na modernidade, as ciências humanas ficaram à deriva, no sentido epistemológico, até ao surgimento da *Ciência nova*.

A *Ciência nova*, para além da questão do seu alcance, representa o início de uma nova teoria do conhecimento que fundamenta uma nova epistemologia, que inclui no *hall* das ciências o estudo das ações humanas; o que não acontecera até então pela falta de um ponto de apoio no eixo da causalidade. Os efeitos das ações dos homens podem ser explicados de maneira diversa, a partir de múltiplas causas possíveis. É fato que Leibniz já difundira seus estudos sobre probabilidade, em que definia algo provável quando muito possível.

Mas ainda não havia uma epistemologia das causas possíveis aplicada ao estudo da história, que tem por objeto as atividades e ações dos homens. Por isso uma interpretação, pelo menos em linhas gerais, da epistemologia da história como ciência é tão importante.

Porém, nesse caminho encontra-se um problema mais fundamental, o da possibilidade intrínseca do conhecimento humano a partir das capacidades cognitivas do homem e da possibilidade intrínseca dos objetos serem conhecidos pelo homem.

⁵⁰ No contexto histórico imediatamente anterior a Hobbes, que é um exemplo bem sucedido de aplicação do método geométrico à política, e Espinosa, exemplo de aplicação desse método à ética.

Portanto, uma epistemologia do saber histórico passa pela teoria do conhecimento, a que este capítulo segundo se dedica.

2.1 Contra a epistemologia das aranhas quando erram o bote

Tomo o título supra de uma passagem da obra *De antiquíssima itaforum sapiência*, na qual Vico critica a epistemologia cartesiana que postula uma comunicação da *res cogitans* com a *res extensa*. É importante recapitular que para Descartes a qualidade da *extensão* fundamenta a epistemologia, pois que garantia da verdade. E a comunicação da *res extensa*, o corpo, com a *res cogitans*, a alma, se daria por intermédio da glândula pineal.

Eis o ponto fulcral do buraco negro em que encontram a epistemologia e a gnosiologia do tipo cartesiana. O problema implícito é a *causa* do pensamento, ou seu *genus*, ou origem. Pode-se formular de outra maneira: a mente é livre de toda corporeidade? Para os cartesianos, sim. Nas palavras de Vico (1993, p. 80),

os sutis metafísicos de nossa época, enquanto investigam de que modo atua a mente humana no corpo e o corpo na mente, de tal maneira que os corpos podem tocar e ser tocados somente por outros corpos. Obrigados por estas dificuldades, recorrem a um artifício, a uma lei oculta, Deus, como se os nervos estimulassem a mente somente quando movidos por objetos externos; e a mente moveria os nervos para estimular movimento. E assim figuram a mente como uma aranha aninhada na glândula pineal tal como a aranha mesma fica no centro da sua teia; e quando, em algum ponto o fio da teia é movido, a aranha se ressente; e vice-versa, quando sem mover-se a

teia, a aranha pressente o momento oportuno e move os fios de sua teia. Essa lei oculta, eles imaginam por que ignoram como acontece o pensamento.

A batalha, tanto do lado dos dogmáticos, cartesianos, quanto do lado dos céticos está perdida, segundo Vico, já na origem, por falta de fundamentação epistemológica da relação entre a mente e o corpo. Daí a crítica dos aracnídeos, que às vezes erram o bote.

A relação entre a mente e o corpo é um mistério para os cartesianos. Vico considera a teoria do *ocasionalismo* uma confirmação para esse julgamento. Por essa razão os cartesianos tomaram o tipo de raciocínio *demonstrativo* como padrão para *toda* e qualquer ciência, indiscriminadamente.

Então, vamos retomar o assunto do seguinte ponto: a filosofia da ciência e as ciências particulares se tornaram, na modernidade, um campo definitivo da investigação filosófica, tendo como contraponto uma filosofia das humanidades. Esta ainda não se constituiu como sólida investigação científico-filosófica (VERENE, 1976, p. 410). Esse é o problema com o qual Vico lidou, e que ainda hoje é estudado.

Aquilo que se conhece atualmente como “epistemologia” compreende a “gnosiologia”. Segundo Fish (1976, p. 405):

O mais próspero ramo da filosofia é a epistemologia ou teoria do conhecimento, e o mais próspero ramo desse ramo é a filosofia da ciência. Ele deve, entre outras coisas, tentar nos mostrar o que é a ciência e como o conhecimento científico difere do conhecimento pré-científico ou não científico.⁵¹

⁵¹ “The most flourishing branch of philosophy is epistemology or theory of knowledge, and the most flourishing branch of that branch is philosophy of science”. It must, among other things, try to tell us what science is and how scientific knowledge differs from prescientific or nonscientific knowledge.

Estão em questão os princípios pelos quais a partir de uma teoria do conhecimento Vico fundamenta uma nova ciência da crítica das instituições sociais que surgiram ao longo da história das nações gentias. Vico chega a redefinir o que se deveria entender por “ciência” a partir de uma concepção que depois do século XIX seria chamada de “historicista” em que a história é a “filosofia primeira”.⁵²

É evidente a contribuição do pensamento de Vico, que formulou novos princípios para uma teoria do conhecimento com implicações diretas na fundamentação de uma filosofia das humanidades, ao investigar as causas da modificação das operações da mente humana ao longo da história, para a fundamentação também das “ciências humanas”, da história em especial.

A teoria do conhecimento, no pensamento de Vico, fundamenta uma filosofia da história e uma ciência da história. Nesta, um sentido para a história das nações foi encontrado a partir da investigação do modo de operação da mente humana, a partir da reação dos sentidos com os estímulos externos, e a partir da relação entre sentidos com a mente, a memória, a fantasia e a imaginação.

A ideia revista aqui é a de que a história das nações é a história da construção poética dos cinco sentidos, de acordo com a relatividade histórica da natureza humana. Em sua crítica da cultura, Vico verifica que os sentidos, nos seres humanos, não são determinados somente biologicamente, como comumente se pensa, mas mais socialmente, pela cultura de cada nação.

A construção poética dos sentidos se dá na relação destes com as faculdades memória, imaginação, uma vez que “os homens primeiramente sentem sem se aperceberem, a seguir apercebem-se com o espírito perturbado e comovido, e, finalmente, refletem com mente pura”

⁵² Ver o capítulo 3 desta dissertação.

(VICO, 1979, p.46) [SN 218].⁵³ Esta citação nos dá uma equação em que a história é função do quociente da percepção dos sentidos, multiplicada tempo. Voltaremos a esse assunto no capítulo terceiro desta dissertação.

Para que a filosofia da história garantisse a sua autenticidade, uma nova lógica era necessária. Não uma lógica do objeto, uma lógica puramente formal, mas sim “uma lógica da imaginação, uma lógica da imagem, da criação e da operação com imagens”⁵⁴ (VERENE, 1976, p. 411). Acrescente-se, uma lógica do sujeito do conhecimento mais que do objeto do conhecimento.

A ideia analisada nessa sessão é a de que a epistemologia do fato histórico constrói uma tópica, uma espécie de lógica maior, auxiliada por uma filosofia da história, que é o conjunto dos princípios fundamentais da *Ciência nova*. De acordo com isso, o que se investiga neste capítulo é o que determina e limita o conhecimento humano.

A tese principal é: o conhecimento humano é determinado pelo corpo humano, em primeiro lugar, e em segundo, pelas transformações do corpo humano a partir do incremento do saber. A gênese metafísica só se justifica como descrição histórica do conhecimento humano.

O “pressuposto” fundamental é o de haver como que uma “homologia estrutural” entre o desenvolvimento do indivíduo e o desenvolvimento do gênero humano. O estágio histórico de uma nação pode ser deduzido dos seus feitos, fatos, criações humanas no campo da moral e da política.

As instituições públicas humanas, como costumes, crenças, leis, são os verdadeiros fatos históricos. Mas os fatos históricos podem ser também deduzidos das línguas que as

⁵³ “Gli uomini prima sentono senz’avvertire, dappoi avvertiscono com animo perturbato e commoso, finalmente riflettono com mente pura.” Atenção: este princípio será citado várias vezes abaixo, sem acompanhar a citação no original.

⁵⁴ “[...] a logic of imagination, a logic of the image and the creation and manipulation of images.”

nações criaram. Cada estágio histórico apresenta um tipo definido de língua. As línguas podem ser mais concretas ou mais abstratas, mas mentais ou mais poéticas, dependendo da época histórica.

No contexto da história da filosofia moderna, Vico foi um original. Vico formulou um método para a investigação social e histórica sem deixar de cumprir com as exigências da teoria do conhecimento do século XVII.

A teoria do conhecimento tornou-se uma disciplina fundamental, para a filosofia, a partir mesmo do Século das Luzes, cujo objetivo era investigar a capacidade humana de obter conhecimento científico, determinando quais são seus objetos próprios, seus limites, a adequação das idéias às coisas. Nesse século, importavam os erros da mente humana.

Para uma maior exatidão histórica, é preciso lembrar que talvez Locke (1632-1704) tenha sido o primeiro filósofo Moderno a construir uma teoria do conhecimento, nos *Ensaio sobre o entendimento humano*. Mas Descartes (1596-1650) foi o primeiro a meditar, em *O discurso do método*, sobre o conhecimento humano. A finalidade era “bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências” (DESCARTES, 1991, p.25). Os filósofos modernos, quase que invariavelmente, abordaram o tema do conhecimento humano, antes de adentrarem outro campo de investigação, como, por exemplo, o da moral e o da política.

A “epistemologia” viconiana tomou sua primeira forma em *A antiqüíssima sabedoria dos italianos*, na qual ele apresentou seu novo critério da verdade. Nela se lê: “As palavras *verum* e *factum*, [...], são intercambiáveis, ou [...] se convertem reciprocamente. [...] Pode-se, pois, com efeito, conjecturar [...] a seguinte doutrina acerca da verdade de que: o verdadeiro é o próprio feito” (VICO, 1993, p. 71).⁵⁵ As conclusões de Vico, ao investigar a sabedoria antiga

⁵⁵ “Les mots *verum* et *factum*, se mettent l’un pour l’autre < *reciprocantur* >, ou [...] se convertissent entre eux. [...] On peut donc conjecturer [...] la doctrine suivante sur le vrai: Le vrai est le fait même.”

dos italianos⁵⁶ são: as palavras *verum* e *factum* são intercambiáveis. Elas admitem reciprocidade. As palavras: “intercambiável”, “recíproco”, são sinônimas, a partir da acepção de “troca mútua”, “permuta”. Significa que o fato expressa a verdade.

“Fato” significa, etimologicamente: “o que foi feito, criado”. “Verdadeiro” tem o sentido de: “aquilo que pode ser verificado, aquilo que é visível”. Devido à reciprocidade dos sentidos dessas palavras esse critério de verdade pode ser chamado de conceito do *verum-factum*.

O princípio metafísico do *verum-factum* é transformado em axioma em *A Ciência nova*: “A filosofia considera a razão, de que procede a ciência do verdadeiro; a filologia observa a autoridade do humano arbítrio, donde se origina a consciência do certo” (VICO, 1999, p.94). Aplicado à história ele gera uma regra de controle metodológico: “ideias uniformes originadas junto à totalidade dos povos, não conhecidos entre si, devem ter um motivo comum de verdade” (VICO, 1999, p.94) [SN 144].⁵⁷

Isso fundamenta a escolha do estudo da sociedade civil, buscando seus princípios nas modificações da natureza humana, uma vez que “os homens primeiramente sentem sem se aperceberem, a seguir apercebem-se com o espírito perturbado e comovido, e, finalmente, refletem com mente pura” [SN 218]. Os tempos primevos do nascente gênero humano são caracterizados por um sentir que é julgar sem reflexão. No decorrer do tempo os homens desenvolvem sua capacidade de reflexão ao máximo. Isso explica as diferentes formas de organização política e instituições sociais encontradas na história das nações. Fundamenta um princípio de leitura da história, causal, padrão de repetição, científico. A epistemologia da *Ciência nova* se configura, assim, como uma epistemologia da história.

⁵⁶ A sabedoria antiga dos italianos é, na verdade, uma interpretação original de Vico, em que ele se liga à tradição italiana ao apresentar a sua epistemologia.

⁵⁷ “Idee uniformi nate appo intieri popoli tra essoloro non conosciuti debbon avere um motivo comune di vero.”

2.2 Elementos para uma epistemologia da história

O próximo passo é uma teoria da história, “história ideal eterna, na qual correm no tempo as histórias de todas as nações em seus inícios, progressos, estados e fins” (VICO, 1999, p.139) [SN 7].⁵⁸ Vico considerou problemático o fato de, principalmente a epistemologia dos círculos científicos cartesianos, além de não fundamentarem certas disciplinas, as rejeitarem “a priori”. Por exemplo, História e Filologia. Nas palavras de Berlin (1982, p.28):

O verdadeiro progresso intelectual [na concepção dos filósofos e cientistas cartesianos] depende claramente, como o têm demonstrado as ciências naturais, de reduzir a matéria a ser estudada a conceitos e julgamentos claros e distintos, ou seja, matematicamente exprimíveis. Assim os devotados esforços dos arqueólogos e historiadores para reconstruir, por exemplo, os acontecimentos ocorridos durante os últimos anos da República de Roma, podem apenas, quando muito (como Descartes observou desdenhosamente) fornecer-nos uma informação parecida à que poderia ter possuído a empregada de Cícero. Deveria isto ser dignificado com o nome de ciência?

A epistemologia viconiana, a partir de sua teoria do conhecimento, aponta como mais apropriado seguir o caminho contrário. Vico (1999, p.131-132) [SN 331] deixa clara sua concepção do assunto:

⁵⁸ “[...] il disegno di una storia ideal eterna, sopra la quale corrono in tempo le storie di tutte le nazioni.”

Mas, em tal densa noite de trevas onde está encoberta a primeira de nós longínqua Antigüidade, sobrevém este lume eterno, que jamais se põe, desta verdade, que não se pode absolutamente pôr em dúvida: que este mundo [da sociedade] civil foi certamente feito pelos homens, cujos princípios podem, porque devem, ser descobertos dentro das modificações de nossa própria mente humana. A bem refletir sobre tal fato, causa estranheza [verificar] como todos os filósofos seriamente estudaram o modo de obter a ciência deste mundo natural, do qual, pois que Deus o fez, somente ele tem ciência; e deixaram de meditar este mundo das nações, ou seja, o mundo civil, do qual, pois que o fizeram os homens, podiam obter sua ciência os homens.⁵⁹

Note-se a inversão. Para os cartesianos não se pode fazer ciência do mundo da sociedade civil. Para Vico, essa é a ciência por excelência. O mundo civil pode ser perfeitamente conhecido, bastando que para isso se observe do homem suas línguas, seus costumes, suas religiões, suas instituições, suas leis, sua sabedoria, durante o desenvolvimento da história. Trata-se de um conhecimento que pode ser chamado científico, na acepção mais estrita da palavra. A ciência da história humana tem seu método e princípios próprios.

A teoria do conhecimento, demonstrada a partir de novos princípios filosóficos, incluindo um novo critério da verdade, o de que o verdadeiro é o feito, e de princípios históricos, fundamenta uma nova ciência. Como escreve Vico (1999, p.32):

[...] Uma nova arte crítica, até agora inexistente, [que] inicia a procura da verdade sobre os autores das nações, [assim que] a filosofia se

⁵⁹ “Ma, in tal densa notte di tenebre ond’è coverta la prima da noi lontanissima antichità, apparisce questo lume eterno, che non tramonta, di questa verità, la quale non si può a patto alcuno chiamar in dubbio: che questo mondo civile egli certamente è stato fatto dagli uomini, onde se ne possono, perché se ne debbono, ritrovare i principi dentro le modificazioni della nostra medesima mente umana.”

põe a examinar a filologia (ou seja, a doutrina de todas as coisas que dependem do humano arbítrio, como são todas as histórias das línguas, dos costumes e dos fatos da paz, da guerra e dos povos), a qual, por sua deplorada obscuridade de razões e quase infinita variedade de efeitos, sentiu [a filosofia] como que um horror em meditá-la; e só a reduz em forma de ciência, ao descobrir nela os delineamentos de uma história ideal eterna, na qual percorrem no tempo a história de todas as nações [...] [SN 7].⁶⁰

Pode-se notar que Vico começa por uma crítica de fenômenos sociais e políticos, e termina em uma filosofia da história. A nova arte crítica reduz a filologia, i.e., ao que Vico considerou ciência, mas que se trata de uma tópica dos fatos históricos mais gerais, a uma “estrutura” tópica: a “história ideal eterna”.

A filosofia faz a pergunta: “o que é determinada coisa?”, ou seja, busca a natureza daquilo que ela investiga. Retomando, na SN 14 têm-se a questão sobre o que é “natureza”. “Natureza das coisas nada mais é do que seu nascimento em determinados tempos e conforme certos modos de ser, de maneira que, tal como se constituíram, assim se devem manter, e não de outra forma” (VICO, 1999, p.96).

Vico pode ser considerado um filósofo proto-historicista, pois intenta descobrir a origem e o destino dessas instituições a fim de estabelecer o verdadeiro papel por elas desempenhado no desenvolvimento da história. A pergunta eminentemente filosófica, “o que é determinada coisa?”, recebe de Vico uma resposta “historicista” por excelência. Daí a pertinência de pesquisar o problema da fundamentação das ciências a partir da História, em Vico.

⁶⁰ “[...] La filosofia si pone as esaminare la filologia (o sia la dottrina di tutte le cose le quali dipendono dal’umano arbítrio, come sono tutte le storie delle lingue, de’ costumi e de fatti così della pace come della guerra de’ popoli), la quale, per la di lei deplorata oscurità delle ragioni e quasi infinita varietà degli effetti, há ella avuto quase um orrore di ragionarne; e la riduce in forma di scienza, col scoprirla il disegno di una storia ideal eterna, sopra la quale corrono in tempo le storie di tutte le nazioni”.

Por ter Vico denominado sua obra magna de “*Ciência nova*”, pode-se indagar se ele quis fazer da filosofia uma ciência ou se quis subsumir a filosofia à sua nova concepção de ciência. Não há, na sua concepção de conhecimento, em suas várias formas, mitologia, filosofia, nenhuma que seja atemporal, transcendente, e critério de verdade. Mesmo o sentido de “metafísica” em *A Ciência nova* é metafísica da história.

Metafísica é redefinida como um “olhar por cima” dos fatos históricos para traçar a linha de sua direção, concatenando os eventos históricos em uma sequência ideal, a partir de princípios filosóficos que permitem escolher quais dados são verdadeiros, pois, como citado supra, a filosofia se põe a examinar a filologia (ou seja, a doutrina de todas as coisas que dependem do humano arbítrio, como são todas as histórias das línguas, dos costumes e dos fatos da paz, da guerra e dos povos), a qual, por sua deplorada obscuridade de razões e quase infinita variedade de efeitos, sentiu [a filosofia] como que um horror em meditá-la; e só a reduz em forma de ciência, ao descobrir nela o desenho-desígnio de uma história ideal eterna na qual percorrem no tempo a história de todas as nações.

A filologia⁶¹ recebe seu estatuto científico pela história ideal eterna. O problema estava na falta de uma direção segura para que o historiador pudesse apontar as causas necessárias dos fenômenos históricos. Essa deficiência poderia ser superada por meio da história ideal eterna.

A filosofia da história, representada pela história ideal eterna, reabilita o estudo de uma parte da cultura humana considerada imprópria para tratamento filosófico pela proposta cartesiana. Guido (2004, p. 32) formula o problema da seguinte forma:

Tomando a analogia do edifício do saber empregada por Descartes nas primeiras partes do Discurso do Método (1637), Vico queria promover

⁶¹ Vico entende por filologia aquilo que contemporaneamente se entende por História, ou o conjunto dos dados históricos sistematizados.

uma reforma que ampliasse o espaço desse edifício. Para tanto não seria necessário demolir tudo até os alicerces, como pretendeu Descartes. O alicerce continuaria a ser a metafísica. Novos cômodos deveriam ser construídos, sem que a base arquitetônica perdesse a sua harmonia.

A filosofia cartesiana tem a geometria por paradigma e recusa *status* de ciência ao estudo da história. Dados históricos são, para os cartesianos, conhecimentos apenas verossímeis. A filosofia cartesiana não era totalmente suficiente para o projeto viconiano, que tinha por finalidade, por meio de uma hipótese racional, recuar aos tempos anteriores ao do surgimento das primeiras obras literárias da humanidade.

Vico pretendia penetrar um campo que só pode ser considerado obscuro, cujos resultados não são tão evidentes e claros quanto os de uma demonstração geométrica; mas são certos, baseados na autoridade da tradição de textos clássicos de literatura, isto é, poesia, história, outros gêneros e outras fontes, tantos quantos estavam à sua disposição em sua época. A relação da tradição da filosofia com as investigações de Vico é íntima. Ele chegou mesmo a afirmar que sua nova ciência é uma narração filosófica da história da filosofia [SN 1043].⁶²

O sentido do que se disse acima pode ser resumido na ideia de que a filosofia cartesiana que faz da metafísica abstrata a sua filosofia primeira pode encontrar os princípios verdadeiros das ciências, mas não pode selecionar quais são os princípios relevantes no contexto sócio-político, das ações humanas. Por essa razão o desprezo das ciências humanas nos círculos cartesianos. Mas Vico, em sua teoria do conhecimento, encontrou uma epistemologia dos feitos históricos humanos em que ele consegue descobrir os princípios relevantes que guiam a leitura da história das nações.

⁶² “Che sarebbe una particella della storia della filosofia narrata filosoficamente [...]”

Descartes conseguiu encontrar princípios verdadeiros, Vico conseguiu encontrar os princípios relevantes. O estudo do mito, da literatura antiga, da história antiga é o meio onde Vico encontrou os princípios relevantes para uma ciência dos princípios da humanidade.

A filosofia cartesiana se pretende atemporal. Recusa de uma vez por todas a tradição filosófica e literária. Pretende um novo começo *ex nihil* para a filosofia, mas que, em seu desenvolvimento posterior, com os filósofos que constituíram a tradição cartesiana, ela se tornou exageradamente abstrata.

Vico contrapõe à dedução geométrica cartesiana o engenho como faculdade inventiva. A ciência que estuda essa faculdade denomina-se “lógica poética”. Seu objeto primeiro é o mito, ou as primeiras fábulas da história. O mito é estudado por Vico a partir da descoberta de uma lógica poética, uma lógica das imagens a partir da qual surgem os mitos que, por sua vez, constituem uma sabedoria poética.

Na *Ciência nova* estão traçados os princípios da sabedoria poética:

Da poesia divina, ou teologia poética [SN 173-176]. A partir das histórias dos antigos egípcios, estes reduziam o tempo do mundo em três idades: dos deuses, dos heróis e dos homens. Homero também indica a existência de uma língua mais antiga que a dele, a qual ele denominava língua dos deuses. Varrão recolheu trinta mil nomes de deuses gregos, nomes que se reportavam a necessidades da vida natural, moral e civil dos primeiros tempos. Os princípios acima enunciados são derivados da filologia. Todos eles demonstram que a sabedoria poética dos primeiros tempos era sobre os deuses, ou teologia poética (VICO, 1979, p. 40).⁶³ A partir desses dados e da SN 222, (VICO, 1979, p.47): “Manetão levou toda a

⁶³ “Ci sono pur giunti due gran rottami dell’egizache antichità, che si sono sopra osservati De’ qualli uno è che gli egizi riducevano tutto il tempo del mondo scorso loro dinanzi a tre età, che furono: età degli dei, età degli eroi ed età degli uomini. L’altro, che per tutte queste ter ETA si fussero parlate ter lingue, nell’ordine corrispondenti a dette ter età, che furono: la lingua geroglifica ovvero sagra, la lingua simbólica o per somiglianze, qual è l’eroica, e la pistolare o sai volgare degli uomini, per segni convenuti da comunicare le volgari gisogne della lor vita.”

história egípcia a uma sublime teologia natural”, o primeiro procedimento para se chegar à verdade civil contida nas fábulas, é: separar do mito sua carga teológica.

Da idolatria [SN 177-188 e 218]. Os homens são acalmados, em tempos de fúria e rebelião, por meio da religião. É com o temor de alguma divindade que os homens se põem em alguma ordem. Os homens, quando não podem explicar fenômenos naturais pelas suas próprias causas naturais, transferem para os fenômenos naturais as suas próprias naturezas – animismo ⁶⁴. Indicação disso é o vulgo dizer que o imã está enamorado do ferro. “Os homens primeiramente sentem sem se aperceberem, a seguir apercebem-se com o espírito perturbado e comovido, e, finalmente, refletem com mente pura”. A mente humana faz de si própria regra do universo, quanto às coisas que ignora. A física dos ignorantes é a atribuição das causas que ignoram à vontade divina. Quanto mais potente a fantasia, mais precário o raciocínio. O mais sublime ofício da poesia é atribuir sentido e paixão aos vários objetos. Como as crianças que conversam com objetos inanimados, como se fossem vivos. Os princípios anteriores foram extraídos da filologia. Estes, da observação do comportamento humano, especialmente o infantil, já que os primeiros homens se comportavam como crianças do nascente gênero humano (VICO, 1973, pp. 40- 42; 46).

Da adivinhação [SN 189]. “Conatural propriedade do homem, e filha da ignorância, que engendra a ciência, ao suscitar em nossa mente o espanto, a curiosidade mantém este costume: onde quer que observe um extraordinário evento na natureza, um cometa, o parélio, a estrela do meio dia, imediatamente pergunta o que é que tal coisa quer dizer ou significar” (VICO, 1973, p. 42).

Das religiões sangrentas [SN 190]. “As bruxas, ao mesmo tempo que se apresentam plenamente envoltas em superstições, portam-se como sumamente ferozes e desumanas. De modo que, se for necessário pare celebrarem suas bruxarias, não relutam elas em matar de

⁶⁴ Ver capítulo 1, sessão 1.2 desta dissertação.

modo impiedoso e em despedaçar amabilíssimas crianças inocentes” (VICO, 1973, p. 42). Este princípio, partindo da observação das tradições e contos vulgares, traduz em termos de propriedade humana os sacrifícios feitos pelos sacerdotes antigos. Por exemplo, as freqüentes hecatombes da *Ilíada* de Homero.

Dos Júpiteres e dos Hércules, comuns a todas as nações [SN 192-193]. “Júpiter fulmina e aterroriza os gigantes. E cada uma das nações gentílicas teve o seu Júpiter. [...] No decurso dos anos as ímpias raças dos três filhos de Noé reduziram-se a um estado ferino, e mediante ferina propagação esparramaram-se e dispersaram-se pela enorme selva da terra, e através de uma educação ferina provieram e resultaram gigantes ao mesmo tempo em que pela primeira vez o céu expediu raios, depois do dilúvio”. E, “cada nação gentílica contou com seu Hércules, filho de Júpiter. Varrão [...] chegou a enumerar quarenta deles. Esta dignidade é o princípio do heroísmo dos primeiros povos. [...] Esta mesma dignidade e a precedente, que nos brindam com tantos Júpiteres, e, depois, com tantos Hércules entre as nações gentílicas – além de nos convencerem de que não se puderam constituir sem religião, nem crescer sem a virtude, uma vez que nos seus inícios foram tais povos selvagens e sem contatos, nada sabendo uns dos outros, pela razão estabelecida segundo a qual ‘idéias uniformes, nascidas entre povos desconhecidos uns aos outros, devem ter um motivo comum de veracidade’ - oferecem-nos, ademais, este relevantíssimo princípio: que as primeiras fábulas devem ter contido verdades civis, e, como tais, devem ter sido as histórias dos primeiros povos” (VICO, 1979, p.43). Este princípio vê, nas histórias e leis de cada nação, exemplarmente as que constam da Tábua Cronológica da *Ciência nova*: Hebreus, Caldeus, Citas, Fenícios, Egípcios, Gregos e Romanos, mais semelhanças que diferenças.

A alteração das fábulas [SN 220-221]. “[...] As fábulas, engendradas pelos primeiros homens selvagens e cruéis, resultam severíssimas, de todo em todo convenientíssimas à fundação das nações que provinham da feroz liberdade bestial, já que com o longo decurso

dos anos e o alterar-se dos costumes viram-se [as fábulas] desfocadas, alteradas e obscurecidas nos tempos dissolutos e corruptos, ainda anteriores a Homero” (VICO, 1979, p.46). Ou seja, as fábulas originais não falavam em ciúmes dos deuses nem de seus adultérios, razão esta pela qual Platão queria expulsar os poetas da República.

Esses princípios consideram que o tipo de verdade do mito é o civil. A sabedoria poética era divina, tinha finalidade de acalmar os homens do estado de barbárie do qual estavam saindo, promovia a idolatria pela representação, por gestos, de Júpiter, ou seja por meio de rituais e sacrifícios, e seu conteúdo era oracular, divinatório, pela adivinhação do futuro.

A sabedoria poética também pode ser dividida em ramos, assim como o era a ciência dos modernos. Assim, têm-se, segundo Vico, poéticas: a metafísica, a lógica, a moral, a econômica, a política, a física, a cosmografia, a astronomia, a cronologia, a geografia. O Segundo Livro da *Ciência nova* trata, pormenorizadamente de cada um desses ramos de saber poético.

Importante é retomar agora um dos aspectos da *Ciência nova*, o de ser uma “filosofia da autoridade”.⁶⁵ Vico trabalha com a polissemia da palavra “autoridade”. Trata-se de autoridade da “autoria”, pois os poetas teólogos foram os autores ou criadores das fábulas, autoria de criação das nações, e também detinham a autoridade de execução das cerimônias religiosas, o que lhes davam autoridade política, ou autoridade sobre os outros homens.

No entanto, a acepção sublinhada por Vico é “propriedade”. Segundo Vico (1999, p.169) [SN 404], a lógica poética é o estudo do mito por meio da investigação das operações da mente humana:

⁶⁵ Ver pág. 81.

[...] os primeiros poetas deram aos corpos o ser das substâncias animadas, capazes de quanto lhes pudessem conseguir, ou seja, de sentido e paixão, e assim fizeram as fábulas; de modo que cada metáfora vem a ser uma pequena fábula. Assim se dá a crítica sobre o tempo em que nasceram nas línguas: pois todas as metáforas criadas com base nas semelhanças tiradas dos corpos, significam trabalhos de mentes abstratas que devem ser as dos tempos nos quais se começaram a burilar as filosofias.⁶⁶

Os primeiros poetas, também chamados por Vico “poetas teólogos” atribuíam sentimentos a corpos inanimados, o animismo.⁶⁷ Do animismo nasceu o mito. Mas esse animismo, além de não ser simplório, é necessário em um estágio inicial da humanidade. Foi por meio dele que os homens começaram a humanamente pensar, saindo do período ferino da barbárie.

As metáforas são indícios de um novo tipo de operação da mente humana, a capacidade para abstrair as figuras dos corpos sólidos, a capacidade para abstração. A tradição literária é o laboratório de Vico. Nela ele rastreia as transformações da mente humana.

A epistemologia da história se fundamenta nos fatos das línguas, das embaixadas, do comércio que os gentios desenvolveram ao longo da história. Os fatos coletados na literatura, arquitetura, vários documentos históricos, fornecem ideias claras e distintas que servem de base para a fundamentação da história como ciência, a partir da *forma* do desenrolar histórico, a história ideal eterna. De Vico até hoje, a epistemologia da história passa pela epistemologia do mito.

⁶⁶ “[...] ch’i primi poeti dieder a’ corpi l’essere di sostanze animate, sol di tanto capaci di quanto essi potevano, cioè di senso e di passione, e sì ne fecero le favole; talché ogni metáfora sì fatta vien ad essere una picciola favoletta. Quindi se ne dà questa critica d’intorno al tempo che nacquero nelle lingue: che tutte le metafore portate com simiglianze prese da’ corpi a significare lavori di menti astratte debbon essere de’ tempi ne’ quali s’eran incominciate a dirozzar le filosofie.” Mais uma vez, é melhor a proposta do professor Dr. Vladimir Chaves dos Santos: “Todas as metáforas levadas com semelhanças tomadas de corpos a significar trabalhos de mentes abstratas devem ser dos tempos nos quais tinha-se começado a burilar as filosofias.”

Conclusão

Como fundamentar uma nova ciência? O que Vico fez foi um corte epistemológico. Para compreendê-lo pode-se utilizar um esquema conceitual de *A antiqüíssima*, que antecipa, sem dúvida Sauassure: as ideias são símbolos das coisas e as palavras são signos das ideias. Onde está o corte? Aí é preciso traçar minimamente um panorama da história da filosofia.

Platão priorizou o tipo de raciocínio dialético com o objetivo de ascender até às ideias ou arquétipos das coisas. A ciência rigorosa é aquela que encontra como causa dos seres as ideias. Veja-se que no esquema de Vico, Platão priorizava as ideias, não as coisas. Aristóteles, com a teoria da abstração, fez lembrar que muitas das ideias surgem de um processo de abstração, mas o quanto Aristóteles conseguiu deixar de ser platônico é que são elas. O processo de abstração mais tarde, na Idade Média, foi retomado por Aquino. A querela dos universais colocou em evidencia os dois lados do eixo, as palavras e as coisas. Descartes voltou a enfatizar as palavras, Locke as coisas. Vico, nesse ponto, foi muito influenciado por Bacon.

Pode-se explicar a epistemologia de Bacon com o uso desse esquema viconiano. Para Bacon, os ídolos fazem com que os homens criem a partir da imaginação ideias fantasiosas que não correspondem às coisas. Mas depois de formadas, essas ideias-ídolo conspurcam o solo sagrado da verdadeira ciência. Nesse caso, as ideias e as palavras são sons que refletem a imaginação, não a verdade.

Vico aplicou extraiu as conseqüências dessa epistemologia a vários campos do conhecimento. Em *A antiqüíssima sabedoria dos italianos*, a teoria cartesiana com uma aranha no centro de uma teia, mas que não pega nada, erra o bote – inspiração para o título desta sessão da dissertação: a epistemologia das aranhas quando erram o bote.

A ciência verdadeira pode partir para demonstração, mas primeiro é preciso caminhar com muita dificuldade até aos primeiros princípios, que serão encontrados com muito custo vasculhando o acervo das palavras para encontrar as ideias originárias que os homens tiveram sobre a ordem mais certa das coisas humanas.

A natureza com os seus acontecimentos estimulam os homens a tentar compreendê-la para sobreviver. Os homens fingem que a natureza é um corpo. Não é de somenos. Tudo o que o homem primevo, bruto, besta-fera, conhece é o seu próprio corpo. O corpo é o princípio da sabedoria. Para salvar seus corpos eles se abrigam, segundo Vico, daquele vasto corpo que céu. Esse corpo vastíssimo e altíssimo envia, segundo os gentios que viviam nas grandes selvas da terra, erráticos, mensagens muito obscuras. Sem linguagem vocal eles criam a linguagem corporal, os movimentos pouco controlados dos corpos, depois a fuga, a dança, geram a linguagem por sinais, os rituais. O choro e os sons da alegria se confundem com as cerimônias que aqueles horríveis brutos realizam para se salvarem do raio. O som do raio é causa da primeira palavra articulada: *dzeus*.

Os primevos falam em staccato. São sons curtos e estridentes, à medida das violentas emoções geradas pelas fortíssimas paixões. As nações mais recentes conseguem harmonizar vogais e consoantes, conseguem cantar com a língua falada. Este é um primeiro princípio para essa nova ciência, a primeira regra desse *órganon* da história universal.

O objetivo deste capítulo foi mostrar, pelo menos em linhas gerais, a novidade da teoria do conhecimento de Vico. Ela se destaca da tradição setecentista por conduzir a investigação sobre o conhecimento humano pela via das possíveis determinações sociais do conhecimento a partir de um padrão de interação social imanente à natureza humana.

O critério de o verdadeiro ser o próprio fato delimita a epistemologia, que funda a cientificidade nos dados da história das línguas, das leis, das instituições políticas da humanidade gentílica.

As causas das ações humanas, outrora não investigadas devido a sua ilimitada quantidade, relegavam as ciências humanas ao campo do possível. Com a descoberta do princípio das transformações da mente, e com ela das línguas, e daí para as leis as ciências humanas receberam um fundamento sólido, pautado no conceito de natureza humana.

A história, como filosofia primeira, é o primeiro fruto dessa nova postura epistemológica. A história se torna objeto de estudos científicos por apresentar uma forma, um desenho, um desígnio. O objeto formal da história é a “história ideal eterna”. O objeto material, o “mundo das nações”.

O próximo capítulo é uma tentativa de detalhar a contraposição de objeto formal e material na fundamentação de uma filosofia da história que culmina da fundamentação de uma ciência nova, a história do mundo das nações gentias.

3 FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Introdução

O objetivo deste capítulo é compreender a “filosofia da história” implícita na *Ciência nova*. Todavia é preciso colocar o problema da filosofia da história em geral. A pergunta pode ser formulada assim: o que significa “filosofia da história”? Também é importante perguntar: qual é a utilidade de pensar por intermédio de uma “filosofia da história”?

Nesse estágio inicial é de grande ajuda a obra de Karl Löwit (1991): *O sentido da história*, que começa pelo sentido da expressão “filosofia da história”. A expressão teria sido inventada por Voltaire, em sua obra: *Essai sur les mœurs et l'esprit de nations*. Para além da paternidade da expressão é importante também a sua definição. Trata-se de uma “interpretação sistemática da história universal de acordo com um princípio segundo o qual os acontecimentos e sucessões históricos se unificam e dirigem para um sentido final” (LÖWIT, 1991, p.15). Na história do pensamento filosófico, alguns princípios que pretendem servir de base para a interpretação sistemática da história universal se destacaram. São eles 1) *a vontade de Deus*, também denominada *providência divina*, e 2) *a vontade do homem*, ou a *razão humana*. A primeira possibilidade conduz a uma *teologia da história*, que não pode ser científica por se basear na crença, não em razões científicas que lidam com o princípio da causalidade, com observações empíricas ou princípios baseados nas observações empíricas.

Ainda segundo Löwit (1991, p. 15), na acepção dada a “filosofia da história”, esta ficou na dependência de uma *teologia da história*, uma vez que é problemática a tentativa de encontrar as causas necessárias do desenrolar da história. Na tentativa de se escapar desse problema os teóricos passaram a utilizar o método empírico de Voltaire.

No entanto, os historiadores empíricos tem um problema: colhe os dados que informam fatos históricos, mas ficam sem um princípio que unifique a interpretação dos mesmos. No tratamento puramente empírico colecionam-se dados, mas não exatamente se encontra a ligação que tem maior possibilidade de dar uma explicação causal entre eles.⁶⁸ Por outro lado, pode-se pecar pelo excesso e criar uma filosofia da história que não dê aos dados empíricos a importância adequada. Nota-se que a tarefa do teórico que pretende criar uma filosofia da história tem que lidar com várias objeções de difícil resposta.

O raciocínio do filósofo sobre a história deve se basear em *demonstrações* e em *fatos*, em *indução* e *dedução*. Ver-se-á, na sequência deste capítulo, que a tarefa de criar uma filosofia da história passa pela criação de uma *lógica maior*, ou um *cânon* reduzido a uma *tópica*, que mostre possíveis leis necessárias que possam guiar o pensamento sobre o desenrolar e a gênese dos fatos históricos.

Porém, ao criar uma lógica maior cai-se dentro de uma ciência, automaticamente. Foi o que aconteceu com Vico na SN. Ao raciocinar sobre a história das nações na busca pelas suas “leis” de desenvolvimento Vico apontou para a necessidade de se desenvolver uma *ciência* da história.

A partir de agora, empreender-se-á uma tentativa de exposição do conceito de história em Vico, mais especificamente na *Ciência nova* (1744), mas sem deixar de lado obras como *De antiquíssima italora sapientia* (1710) e *De nostri temporis studiorum ratione* (1709).

Como, na tradição do pensamento filosófico, vários autores criaram o seu conceito de história, a diferença específica da criação de Vico, que se defenderá nesta dissertação, será a de ser a história como ciência uma jurisprudência diacrônica. Ou seja, Vico pensa a história universal a partir da comparação dos princípios de conduta da humanidade, principalmente

⁶⁸ Conta-se uma estória interessante sobre uma aula de Hegel que versava sobre a história universal. Um aluno teria dito: “mas professor, os dados lhe são contrários!”, ao que teria Hegel dado a notável resposta: “tanto pior para os dados.”

dos que foram positivados em leis agrárias e civis e que geraram as principais instituições públicas do mundo hoje conhecido como *ocidental*.

Diacronia implica lidar com o tempo, que é outro problema filosófico capital. Por isso este capítulo incluirá uma exposição geral sobre o problema do tempo e a apresentação da classificação de tempo, para a forma universal da história – a história ideal eterna. Esta marca a possibilidade de delimitação de um objeto formal da história, que coincide com os princípios fundamentais de uma “filosofia da história”, tendo em vista alcançar a delimitação de um objeto material da história, o mundo das nações, que depende também de uma delimitação precisa, que é o mundo dos fatos das línguas, do comércio, das embaixadas, da guerra e da paz.

Para orientar a confecção e a leitura deste capítulo, algumas ideias estarão como que pressupostas: a ciência da história é uma descrição dos significados dos símbolos e das suas relações com a jurisprudência; e o sentido da história é a busca por justiça distributiva e corretiva imanente às comunidades civis de todos os tempos, princípio da luta entre heróis e fâmulos, reis e plebeus – “luta de classes”.

3.1 A história como “filosofia primeira”

A *Ciência nova*, Vico apresenta uma tese que se contrapõe à de René Descartes (1596-1650)⁶⁹ sobre a natureza do pensamento filosófico. A “filosofia primeira”⁷⁰ é, para Descartes,

⁶⁹ A influência de Descartes se fez sentir em todo o Século do Iluminismo, sendo “a filosofia cartesiana” a principal corrente interlocutora do pensamento viconiano.

⁷⁰ Ver LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 1336 p. O termo “filosofia primeira” foi empregado em sentidos um pouco diferentes ao longo do tempo, de Aristóteles a Bacon e Descartes. Mas permanece um núcleo comum de significado que pode ser formulado como *a pesquisa pelos princípios fundamentais de todo o conhecimento*, que é também *a pesquisa pelas primeiras causas e primeiros princípios*. É importante ressaltar aqui a concepção de Bacon sobre esse assunto, uma vez ser um dos autores preferidos de Vico. Segundo o dicionário acima referido, em Bacon, “filosofia primeira”

uma nova metafísica⁷¹, meditada, raciocinada a partir de um “eu” comum a todos os seres humanos. A metafísica dá passagem para o mundo exterior ao *ego cogitans* a partir da representação da qualidade primária da extensão na mente.

Segundo Vico, o homem é um ser que se constitui ao longo do tempo. O tempo é a chave para se conhecer a natureza do homem. Vico parte de uma definição da história⁷² que se fundamenta no livre arbítrio, que, apesar de não ter exatamente extensão mensurável geometricamente, deixa traços perceptíveis, inequívocos no desenrolar das instituições políticas ao longo do tempo das nações.

Os tempos são classificados por Vico como: *tempi del mondo*, tempo do mundo, *tempo oscuro*, tempo obscuro, *tempo favoloso*, tempo fabuloso, que resulta em *tempo istorico*, tempo histórico [SN 52].⁷³ A partir daí têm-se uma *storia ideal eterna*, história ideal eterna [SN 7] e uma *istoria universale*, história universal [SN 51]. A história é a ciência do tempo do mundo. Então a história é, para Vico, a filosofia primeira.

É importante também prestar atenção na ligação entre ética e história. Então, retomando o contraponto, Descartes pensou que encontrar princípios claros e simples o

significa a “recolha dos princípios formais comuns a todas as ciências, ou pelo menos a várias (*De dignit*, II, I, § 4).”

⁷¹ Vale relembrar a famosa passagem da *Carta Prefácio*, em que Descartes (2002, p. 36) escreve: “Ainsi toute la philosophie est comme un arbre, dont les racines sont la métaphysique, Le tronc est la physique et les branches qui sortent de ce tronc sont toutes les autres sciences qui se réduisent à trois principales, à savoir la médecine, la mécanique et la morale [...]”

⁷² Ver CROCCE, Benedetto. *La storia come pensiero e come azione*. Pois não se trata daquilo que os humanistas consideravam “história”. Não se trata de crônicas, relatos, testemunhos, romances históricos. Por isso, em Vico, “História”. A História, em Vico, pode ser definida, inicialmente, como a ciência das causas das ações humanas. Corrobora com essa definição o seguinte texto de Vico (1999, p. 32): “as histórias das línguas, dos costumes e dos fatos da paz, da guerra e dos povos, a qual, por sua deplorada obscuridade de razões e quase infinita variedade de efeitos, sentiu [a filosofia] como que um horror em meditá-la; e só a reduz em forma de ciência, ao descobrir nela os delineamentos de uma história ideal eterna, na qual percorrem no tempo a história de todas as nações.” No original italiano: “[...] storie delle lingue, de’ costumi e de’ fatti così della pace come della guerra de’ popoli, la quale, per la di lei deplorata oscurità delle ragioni e quase infinita varietà degli effetti, há ella avuto quase um orrore di ragionarne; e la riduce in forma di scienza, col scoprirla Il disegno di una storia ideal eterna, sopra la quale corrono in tempo le storie di tutte le nazioni [...] [SN 7].”

⁷³ Os tempos na classificação de Vico se contrapõe ao tempo dos minerais e das rochas. Ver ROSI, P. A *ciência e o saber dos modernos*.

encaminharia a uma moral científica moderna. A história seria somente um arremedo de edificação.

Não para Vico, após longa meditação sobre a natureza do homem manifesta pelo livre arbítrio. Mas, antes de tudo, as conseqüências de se erigir a história como filosofia primeira devem ser explicitadas. Pode-se recair em um relativismo que não faz nenhum favor ao pensamento científico o elevar a história ao *status* de filosofia primeira. Para evitar isso, a questão do *status* da história deve ser bem elaborada, previamente.

A palavra “história” pode ser equívoca. Na língua portuguesa há uma instrutiva oposição entre “história” e “estória”. Esta pode ser uma excelente tradução da palavra “mito”. Aquela teria uma acepção que indica maior rigor de narrativa, uma “história” comprovada pela autoridade científica.

A equivocidade de “história” aponta para a abordagem negativa dos cartesianos contemporâneos a Vico. Eles enfatizavam o sentido negativo de “história” – o de relatos mais ou menos verídicos ou mesmo romanceados de fatos que aconteceram no passado. Esclarece-nos Croce (2006, p.51):

Trata-se de um destino curioso que a história devesse por longo tempo ser considerada e tratada como a forma mais humilde de conhecimento, enquanto a filosofia era considerada a mais elevada, e que agora ela não somente seja superior à filosofia mas a aniquile. Essa dita história, que fora relegada a posição secundária, não era na verdade história, mas crônicas e pesquisa, superficialmente consideradas e baseadas em testemunhos orais.

Por um lado, a história, nessa acepção é, não sem razão, considerada a forma mais humilde de conhecimento. Por outro lado, a filosofia, metafísica, é a rainha das ciências. A história, nesse caso, seria mero passatempo.

Vico tem uma concepção equilibrada do assunto, afirmando, por um lado, a relatividade histórica da metafísica, e, por outro lado, a sua importância para uma civilização que se quer entender como se fosse construída na base da autoridade racional⁷⁴, ainda que, lucidamente, ele tenha percebido que a eficácia da filosofia não é a mesma em qualquer período histórico.

O mito, forma de pensamento descartada pelos “cartesianos”, deve ser revalorizado, bem como formas pré-científicas de sabedoria. A ciência, bastião da cultura iluminada, poderia passar pelo dissabor de se ver, em Vico, em pé de igualdade, quanto à eficácia política, não somente com o mito, mas com, por exemplo, um tipo de pensamento como o do movimento educacional mal afamado, surgido por volta do século V a.C, que se tornou emblema de todo pensamento relativístico, em que o homem se torna a medida de todas as coisas – o movimento sofístico.

Qual a consequência de destronar a ciência moderna, ou o conjunto das ciências particulares, como os melhores meios de conhecimento da vida humana, da práxis política, ou como base gnosiológica impreterível? A consequência principal pode ser compreendida somente após uma investigação da natureza do pensamento, e depois a relação entre “filosofia da história e filosofia na história”.

Retomemos mais uma vez a partir da filosofia dos modernos. Descartes percebeu ser necessário escrever uma moral definitiva. Alguns afirmam que ele o fez em *As regras para a*

⁷⁴ Um dos principais aspectos da *Ciência nova* é ser a mesma uma “filosofia da autoridade”. “Talché, per quest’altro principale suo aspetto, viene questa Scienza as esser una filosofia dell’autorità.” [SN 7]. Vale lembrar que os tipos de autoridade podem ser sumarizados como: a autoridade do contrato, a do perito, a do árbitro, a do modelo, e a autoridade régia. Ver REBOUL, Olivier. *Filosofia da educação*. 6a. ed. Tradução de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: E. Nacional, 1985. 131p. (Atualidades pedagógicas; v. 124). Título original: La philosophie de l’éducation.

direção do espírito. O certo é que Vico, enquanto pensava sobre a moral, percebeu não haver mais que registros de morais provisórias. E elas concordam em alguns pontos; mas, ainda assim, provisórias.

No máximo se poderiam organizar esses “sistemas” de morais provisórias, e procurar um fio condutor que as liga, para tentar encontrar uma cadeia causal entre os costumes, interditos, leis humanas, e assim incrementar a consciência histórica, essa consciência que nos torna nada menos que seres civilizados, senão humanos. E isso é quase o bastante. Pois isso é tudo. É assim que a extensão cede seu lugar ao pensamento, e somente então se pode dizer com propriedade: penso, logo existo. O fio condutor do pensamento é a razão histórica, ainda que Vico não use a expressão. Não por acaso a *Ciência nova* é uma pouca de filosofia narrada filosoficamente [SN 1043].⁷⁵

Já pelo seu viés científico, a *Ciência nova* investiga um fato fundamental, o corpo, a única coisa, segundo Hobbes, de que se pode estar certo, pelos choques entre os corpos. Em Vico, “corpo” tem uma acepção um pouco diferente, como já foi visto no capítulo 1 acima. Como os corpos se desenvolvem, pela educação das mentes e dos corpos, ora um mais que o outro e vice-versa, é aí que está o material de pesquisa do cientista, do filósofo. A história ideal eterna se funda no desenvolvimento recíproco dos corpos e das mentes.

Os primevos são como as crianças, corpos robustos, mentes fantasiosas. Os homens modernos têm mentes com grande capacidade de abstração, mas pouca capacidade de criação. Qual é o ideal? Vico não põe essa questão. O importante é respeitar as fazes de desenvolvimento. Não querer impor remédios racionalísticos a mentes infantis é o que se deve cuidar de não fazer.

Permanece a questão: como saber a idade mental de um povo? Pela história ideal eterna. Mas onde está o fundamento da história ideal eterna? No homem que é mente, corpo e

⁷⁵

“[...] Una particella della storia della filosofia narrata filosoficamente [...]”

linguagem. Diacronia e sincronia, desenvolvimento do homem como gênero em paralelo com o desenvolvimento do mesmo como se fosse uma criança – homologia estrutural.

Estudo de caso. Grécia. Aquiles é o tipo jovem da Grécia, Ulisses o velho. Os mitos da época de Ulisses estão alterados. Não refletem sincronia com os costumes da época. Como descobrir o substrato dos costumes por baixo do pano de fundo da *Ilíada*? Estudando os mitos e os princípios de alterações do mesmo.

Vico trata como campo de pesquisa válido a história da filosofia, a poesia e os fenômenos sociais. A filosofia provê princípios, razões, para a interpretação da poesia e do mundo social. A poesia fundou a gentilidade; dela que procedem todas as artes [SN 214].⁷⁶ Logo, a primeira ciência a ser buscada não é uma fundada em alguma intuição originária de um *eu penso*, mas uma *mitologia*, por mais estranho que pareça isso dentro das categorias da mentalidade tradicional moderna.

A primeira ciência que se deve aprender é a mitologia, ou seja, a interpretação das fábulas (pois, como veremos, todas as histórias gentílicas possuem fabulosos princípios), e que as fábulas foram as primeiras histórias das nações gentílicas. E com esse método [deve-se] descobrir os princípios tanto das nações como das ciências, que saíram dessas nações, e não de outra forma [... mas] que nas públicas necessidades ou utilidades dos povos se iniciaram e que, mais tarde, ao se aplicarem à reflexão, homens perspicazes e especiais, se aperfeiçoaram (VICO, 1999, p.63) [SN 7].

A referência da citação acima às “públicas necessidades” mostra que a sabedoria é eminentemente prática, de resolução de problemas sociais com os quais o homem se defronta,

⁷⁶ “[...] la poesia fondó l’umanità gentilesca, dalla quale e non altrone doveter uscire le tutte arti, i primi poeti furono per natura.”

e utilitária, tendo em vista a melhoria das condições de vida, do bem estar individual. Segundo Vico (1979, p. 63) [SN 330] “a equidade da razão humana completamente desenvolvida é uma prática da sabedoria nas questões da utilidade, já que ‘sabedoria’, em sua amplitude não é senão a ciência de fazer uso das coisas, segundo [o uso] que têm em seu estado natural”.⁷⁷ Por essa razão, o uso que os primeiros gentios fizeram da sabedoria foi na sua forma criativa, poética, mais de ordenação da vida social dos pequenos grupos humanos reunidos em “burgos” que um uso comercial.

Vico (1979, p.9) [SN 6] define a sabedoria poética como “a ciência dos poetas teólogos, que, sem dúvida alguma foi a primeira forma de mundano saber para os gentios”.⁷⁸ Ela é do tipo poético por que a faculdade da “mente humana racional” ainda não se desenvolvera entre os primitivos.⁷⁹ A “sabedoria primeira” dos gentios foi a poesia. A poesia é um gênero de conhecimento pouco raciocinado, concreto. Os homens primigênios, os que principiaram a humanamente pensar, suas mentes não passavam de robustíssimos sentidos e de fantasias vastíssimas [*vastissime fantasie*] (VICO, 1979, p.9) [SN 6].

A investigação das antigas obras literárias da humanidade está de acordo com os princípios fundamentais da filosofia de Vico. O primeiro é o de que o “verdadeiro é o feito”. A explicação é a de que “o verdadeiro e o feito são mutuamente conversíveis”. Isto significa que se pode conhecer, e “conhecer” aqui é usado em seu sentido mais estrito, científico, apenas aquilo que foi feito pelos homens. O conhecimento da natureza é opaco, incompleto. O conhecimento do mundo civil, apropriado à *Ciência nova* dos “princípios da humanidade”.

⁷⁷ “L’equità naturale della ragion umana tutta spiegata è una pratica della sapienza nelle faccende dell’utilità, picche ‘sapienza’, nell’ampiezza sua, altro non è che scienza di far uso delle cose qual esse hanno in natura.”

⁷⁸ “[...] I principi della poesia si truovano tutti contrari, nonché diversi, i principi della poesia dentro i finora, per quest’istesse cagioni, nascosti principi della sapienza poética, o sai la scienza de’ poeti teologi, la quale senza contrasto fu la prima sapienza del mondo per gli gentili.”

⁷⁹ Ver o capítulo 1 desta dissertação, acima.

Conhecer é conhecer as causas de um fenômeno e o porquê delas. Não basta a mera descrição. Não basta a ciência, é preciso ter consciência. “A filosofia considera a razão, de que procede a ciência do verdadeiro; a filologia observa a autoridade do humano arbítrio, donde se origina a consciência do certo” ⁸⁰ (VICO, 1999, p.95) [SN 148]. Não basta a experimentação, na qual os fenômenos são reconstituídos em suas partes. É preciso que se saiba o porquê a união das partes produz aquele resultado e qual o resultado da alteração da ordem de montagem delas – eis a concepção de ciência, para Vico.

Vico é um evolucionista multilinear, enquanto nós somos difusionistas inconscientes. Atualmente as ciências são entendidas como se tivessem autonomia absoluta. Elas se desprenderam da filosofia, se emanciparam. Trata-se, o difusionismo, ou a crença no desenvolvimento independente de cada ciência como ciência particular, sem conexão evidente com o conjunto das ciências. São como ramos sem tronco (FISH, 1976, p.402).

No contexto do difusionismo multilinear, as correntes filosóficas mais ou menos positivistas dão um lugar secundário à filosofia. Vico não concebe a filosofia como ciência mãe, nem como a mais eminente das ciências. Mas, a filosofia é importante por definir um critério da verdade pelo qual um conjunto de princípios funda uma ciência, a partir da qual os dados históricos podem ser examinados, os dados que relatam os feitos dos povos por meio das instituições sociais. O importante é determinar o porquê desses dados e qual a relação deles com o projeto sócio-político de cada nação.

Isso é reflexo das transformações da mente humana, e da natureza humana. Pois, segundo Vico [SN 7], “os homens primeiro sentem sem se aperceber, depois se apercebem com espírito perturbado e comovido, e finalmente refletem com mente pura”.

Para Vico, consoante ao que foi tratado no capítulo primeiro, supra, a própria natureza humana não é fixa, mas mutável. “A natureza humana, no decorrer da sua procura para

⁸⁰ “La filosofia contempla la ragione, onde viene la scienza del vero; la filologia osserva l'autorità dell'umano arbítrio, onde viene la coscienza del certo.”

satisfazer suas necessidades, não pode evitar transformar-se a si mesma e, assim, gera novas características, novas necessidades e novas categorias de pensamento e ação” (Berlin, 1982, p. 47). A ciência que estuda essas transformações é a História. A história é feita a partir das transformações da natureza humana na direção do útil.

Fica claro que a filosofia é para Vico uma construção socialmente relativa. Depende do estágio em que está a sociedade na qual se filosofa. Depende da finalidade para a qual vive essa sociedade. Se essas finalidades mudam, mudam as categorias filosóficas mais estimadas pela sociedade. No entanto, seus critérios são universais, mas não compreendidos em todas as épocas, durante o curso e o recurso das nações que se tornam civilizadas, ou mais bárbaras, às vezes.

Todo e qualquer dado deve ser analisado em relação à história da humanidade como um todo. O resultado final é mais do que as partes que são os dados advindos da erudição. Qual é a natureza de um dado científico? Importa também que se investigue a relação do dado com alguma instituição social, e do nascimento daquela instituição. Nesse sentido, a ciência deve partir de uma pesquisa “histórico-genética”, para usar um termo atual.

Vico defende que as mais antigas noções tinham suas ciências, todas poéticas, a geografia, a economia, a física. Depois vem a filosofia. Isto implica que filosofar sem a consciência da natureza da filosofia, isto é, seu nascimento, sua finalidade quando nasceu, é vão. Pois “a filosofia, para aproveitar ao gênero humano, deve soerguer e governar o homem decaído e débil, sem lhe destorcer a natureza nem abandoná-lo à sua corrupção” (VICO, 1979, p. 32) [SN 129]⁸¹. Nota-se haver uma acepção moral, na concepção da finalidade da filosofia, para Vico. Ainda mais. Segundo Vico a filosofia é uma maneira de pensar que implica uma teleologia e uma práxis social e política.

Quando a história não é cultivada, só resta à humanidade corrompida percorrer novamente aqueles caminhos outrora trilhados e que levam sempre à celebração da verdadeira natureza humana, segundo a qual os homens foram, são e serão seres racionais e sociáveis [...] (Guido, 2006, p. 137).

A filosofia tem um ser e um dever ser. A filosofia deve ser de proveito para ajudar os homens a ser sociáveis, sendo uma atividade de procura da verdade que produz a justiça. A negligência do estudo da história das ideias e das ações dos homens é indício da possibilidade latente do retorno à barbárie. Essa, a lição que se depreende do estudo da questão da história como filosofia primeira na obra de Giambattista Vico.

3.2 A filosofia orienta o estudo da história como jurisprudência diacrônica

Em linhas gerais, a filosofia é um pensamento racional por conceitos, em que todo aquele que se pretende filósofo deve se apropriar do acervo de conceitos acumulados ao longo do tempo, de sua problemática, de seus métodos.

A Filosofia é identificada também com “sabedoria”. Princípios filosóficos se tornam princípios de conduta, de regulação política ainda. Assim, os sábios da antiguidade, os poetas mais ilustres, na opinião dos autores mais ou menos contemporâneos a Vico, todos eles teriam escrito algo como uma filosofia oculta, cujos princípios poderiam ser encontrados a partir da terminologia própria da tradição filosófica.

⁸¹ “La filosofia, per giovar al gener umano, dee sollevare e reggere l’uomo caduto e debole, no conveller gli la natura ne abbandonarlo nella sua corrosione.”

Os antigos apenas não possuíam, ainda, o acervo, nem a clareza exigida para que compreendessem seus próprios princípios filosóficos. Mas teriam escrito uma sabedoria oculta mais digna do que a sabedoria do senso comum.

Não para Vico, pois nem todo ser humano é filósofo, nem todo ser humano pode filosofar. Vico não concordava com o pensamento de haver uma filosofia oculta nas obras dos poetas e sábios da antiguidade.

Em virtude da descoberta dos princípios da poesia, dirimiu-se [anulou-se irremediavelmente] a opinião da sabedoria inatingível dos antigos, que tanto se desejava descobrir, de Platão a Bacon [...]. [Ao invés disso encontramos uma] sabedoria vulgar de legisladores que fundaram o gênero humano, não mais sabedoria oculta de sumos e raros filósofos (VICO, 1999, p. 158) [SN 142].⁸²

A tese de Vico, já a partir do texto acima citado, é a de haver na antiguidade não uma sabedoria oculta, mas uma sabedoria vulgar, do senso comum. A sabedoria do senso comum é exaltada por Vico, uma vez que pertence a ela a maior criação de todas, a do *gênero humano*. Vico define exemplarmente o senso comum como “um juízo despido de reflexão, comumente sentido por toda uma ordem, por todo um povo, por toda uma nação ou por todo o gênero humano” [SN 142] ⁸³ (VICO, 1999, p.95).

Note-se que o senso comum é um pensar inconseqüente, contingente, e que por não conduzir à verdade das coisas, na maneira positivista de pensar, não tem nenhuma dignidade.

⁸² “Per la quale scoperta de’ principi della poesia si è dileguata l’opinion della sapienza innarrabile degli antichi, contanto disiderata di scuoprirsi da Platone infin a Bacone de Verulamio [...], la quale fu sapienza volgare di legislatori che fondarono Il gener umano, non già sapienza riposta di sommi e rari filosofi.”

⁸³ “Il senso comune è un giudizio senz’alcuna riflessione, comunemente sentito da tutto un ordine, da tutto un popolo, da tuta una nazione o da tutto Il gener umano.”

Mas não é exatamente o que pensa Vico. Por um lado, ele define senso comum como juízo despido de reflexão, o que seria contrário à filosofia, e esta é entendida, geralmente, como pensamento racional. Por outro, o senso comum estabelece um critério não filosófico do *certo* que ordena o mundo das nações.

Ideias uniformes, nascidas no seio de povos inteiros, desconhecidos entre si, devem possuir um fundamento comum de verdade.

Esta dignidade é um grande princípio, que estabelece ser o senso comum do gênero humano o critério ensinado às nações pela providência divina para definir o certo acerca do direito natural das gentes, através do qual as nações se asseguram pela compreensão das unidades substanciais de tal direito, nas quais, com diversas modificações, todas concordam. [SN 144-145]

O critério que orienta a conduta das pessoas não é identificado ao *verdadeiro*, como querem os filósofos *idealistas*, mas com o *certo* das leis. E, uma vez que os homens primevos não tinham um aparato mental bem desenvolvido, não podiam raciocinar sobre o verdadeiro. Por isso eles se atinham ao *certo* das leis. A jurisprudência é o objeto primeiro do estudo da história, pois ela mostra as modificações por que passaram as leis humanas, e, por conseguinte as modificações da natureza humana.

Retomemos, no entanto a filosofia. Segundo o método próprio de Vico, é preciso olhar para a origem daquilo que se quer investigar⁸⁴. Assim procedendo, verifica-se que a atividade propriamente filosófica tem sua origem na Praça de Atenas por meio de Sócrates⁸⁵.

⁸⁴ É interessante observar a semelhança da postura viquiana com a aristotélica. Em A Política, I, 2, 1252a 24, tem-se a célebre afirmação: “Para compreender as coisas é necessário vê-las enquanto se desenvolvem.” Vico afirma, em um axioma da Ciência nova: “Le dottrine debbono cominciare da quando cominciano le materie che trattano” [SN 314]. “As doutrinas devem começar quando começam as matérias de que tratam.” (VICO, 1999, p. 128). Aqui, um indício do proto-historicismo de Vico. Toda investigação deve ser conduzida a partir

A filosofia não poderia ter começado antes, na história das nações. Afinal, os homens não tinham a capacidade de formular conceitos abstratos como o da justiça em si, do belo em si, do bem em si, etc. A faculdade humana da razão não podia ainda pensar os universais abstratos como os gêneros das coisas. A razão humana ainda não era capaz de pensar sem a mediação das imagens. No máximo, os poetas da era dos heróis podiam inventar os universais fantásticos: “Como por necessidade de natureza humana nasceram as fábulas, universais fantásticos, antes dos universais racionais, ou seja, filosóficos.”⁸⁶ (VICO, 1999, p. 197).

A definição de “universais fantásticos” é dada nestes termos: “[os] universais fantásticos, aos quais reduziam as várias espécies das coisas heróicas: como a Aquiles todos os feitos dos fortes combatentes, a Ulisses todos os conselhos dos sábios.”⁸⁷ (VICO, 1999, p. 405).

A capacidade de formular conceitos universais, abstratos, seria, para Vico, uma atividade determinada pelo estágio de desenvolvimento da natureza humana⁸⁸, sujeita às vicissitudes do tempo, ou seja, a filosofia poderia não ter acontecido a não ser quando

de um método genético-histórico. Deve-se procurar a origem daquilo que se pretende estudar. Essa a lição que se extrai da citação feita acima nesta nota.

⁸⁵ “Ora, dado que certamente as leis precederam os filósofos, é necessário que Sócrates, observando que os cidadãos atenienses, ao ordenarem as leis, iam se unir a uma idéia conforme a uma igual utilidade, separadamente comum a todos, começou a esboçar os gêneros inteligíveis, ou seja, os universais abstratos, com a indução, que é uma reunião de uniformes particulares, que compõem um gênero daquilo em que tais particulares são uniformes entre si” (VICO, 1999, p. 456). “Or, poiché certamente furono prima le leggi, dopo i filosofi, egli è necessario che Socrate, dall’osservare ch’ i cittadini ateniesi nel comandare le leggi si andavan ad unire in un’idea conforme d’un’ugual utilità partitamente comune a tutti, cominciò ad abbozzare i generi intelligibili, ovvero gli universali astratti, con l’induzione, ch’è una raccolta di uniformi particolari, Che vanno a comporre un genere di cio nello che quei particolari sono uniformi tra loro” [SN 1040].

⁸⁶ “[...] Come per necessità di natura umana nacquero, esse favole, universali fantastici, prima degli universali ragionati o sieno filosofi, i quali nacquero per mezzo di essi parlari prosaici” [SN 460].

⁸⁷ “I secondi furono caratteri eroici, ch’erano pur universali fantastici, a’ quali riducevano Le varie spezie dele cose eroiche: come ad Achile tutti i fatti de’ forti combattitori, ad Ulisse tutti i consigli de’ saggi” [SN 934].

⁸⁸ “Verdadeira propriedade da natureza humana é [...]: [os homens, quando] são surpreendidos por uma assombrosa superstição, a ela atribuem tudo quanto imaginam, vêem e fazem” (VICO, 1999, p. 103). “Vera proprietà di natura umana è quella avvertita da Tacito, ove disse <<móviles as superstitionem percussae semel mentes>>: ch’una volta Che gli uomini sono sorpresi da una spaventosa superstizione, a quella richiamano tutto cio ch’essi immaginano, vedono ed anche fanno” [SN 183].

floresceu em determinada época, vale dizer, no século IV a.C. Assim, a filosofia não seria uma atividade *necessária*, ou a mais nobre, ou a que conduz à verdade última da vida.

Entretanto, para além da relatividade da filosofia, é preciso encontrar uma formulação que permita dizer o que é essa atividade na história e também suas características funcionais.

Na tradição do pensamento filosófico, a pergunta “o que é?” é a pergunta pela “substância” e quer ter por resposta a essência do sujeito da questão. Há uma pequena diferença no uso do vocabulário filosófico em Vico. Quando pretende dar alguma definição, Vico não utiliza a palavra “substância” nem “essência”, mas “natureza”. “Natureza das coisas nada mais é do que seu nascimento em determinados tempos e conforme certos modos de ser [...]” (VICO, 1999, p. 96) ⁸⁹. O uso dessa palavra indica a sua concepção de investigação como eminentemente genética.

A pergunta “o que é?” se torna, então “quando começou a existir o objeto, a coisa, a instituição em questão?” Assim, a pergunta “o que é filosofia?” tem uma questão a ela anterior por princípio: “quando começou a filosofia?” A investigação de o que é filosofia e, por conseguinte, de quando essa atividade humana foi iniciada na história das nações, só pode ter como resposta as causas por excelência que geraram essa atividade humana, a filosofia.

A filosofia tem data e lugar de nascimento. Vico (1999, p. 457), nota que “da praça de Atenas saíram [...] princípios de metafísica, de lógica, de moral. E do conselho de Sólon dado aos atenienses: “*Nosce te ipsum*” [...] saíram as repúblicas populares, das repúblicas populares as leis, e das leis saiu a filosofia.” A lógica, a metafísica e a ética de Sócrates, Platão e Aristóteles surgiram a partir dos debates na ágora ateniense, das disputas de mercado, e a partir das assembléias de cidadãos e das cortes de justiça. Aqui se tem o local específico do surgimento da filosofia, Atenas, e suas causas, o mercado, a ágora, as cortes de justiça.⁹⁰

⁸⁹ “Natura di cose atro non è che nascimento di esse in certi tempi e con certe guise, le quali sempre che sono tali, indi tali e non altre nascon le cose” [SN 147].

⁹⁰ Ver nota 10, acima.

As injustiças causadas pelo regime democrático de Atenas moveu Sócrates a procurar a definição da justiça em si. Aqui vale uma digressão para caracterizar esse período da história ateniense. Jeannière (1995, p.11) oferece um resumo desses acontecimentos.

Em 411 [a.C.], ainda sob a influência de Alcibíades, uma oligarquia tomou o poder em Atenas. Cansado da guerra, o povo ateniense deixou-se manobrar, aceitou a formação de um corpo de 400 cidadãos, investidos de plenos poderes. No lugar da Assembléia [*Boulé*], os Quatrocentos deveriam estabelecer uma lista de 5.000 cidadãos, que poderiam convocar quando julgassem conveniente. Depois de várias peripécias, os democratas impuseram a destituição dos Quatrocentos.

O caso das Arginusas (grupo de ilhas do mar Egeu, ao sul de Lesbos) também é característico de uma certa decadência. Em 406, perto dessas ilhas, a frota ateniense enfrentou a frota espartana, largamente superior em número. Graças à habilidade dos estrategistas e à coragem dos soldados, Atenas obteve a vitória. No fim do combate, uma tempestade impediu os vencedores de recolherem os sobreviventes e os corpos das vítimas. Quando a esquadra voltou para o Pireu, os estrategistas foram acusados de incompetência. Segundo Platão, julgados coletivamente, foram condenados à morte. E Sócrates, que era então prítane, dedicou-se em vão a denunciar a ilegalidade desse procedimento. Segundo Xenofonte, apenas oito estrategistas estavam presentes e seis foram executados. Alguns dias depois, a Assembléia popular reconheceu o seu erro e reabilitou aqueles que matara.

A reabilitação de defuntos, vítimas de assassinato, é emblemática quanto à injustiça cometida pelo “conselho de justiça” ateniense. A filosofia surge como reação à falta de um conceito universal de justiça.

A filosofia surgiu em resposta a um problema prático, a injustiça cometida no âmbito dos tribunais de justiça da Grécia. A filosofia não é mais importante, segundo Vico, que o estudo da jurisprudência. Porém, mais que isso, a filosofia teve uma finalidade, ao nascer, jurídica.

Pois o raciocínio abstrato é só um entre outros meios de se produzir justiça. O meio mais utilizado pela humanidade, o que se constata a partir da história das nações, foi a jurisprudência. Esta, mais que uma técnica apropriada para lidar com a lei, se constitui uma disciplina histórica.

Agora, retomemos o ponto central da discussão sobre a história. Como a jurisprudência ganhou o status de objeto privilegiado do estudo da história? A resposta tem que ser buscada de acordo com a direção a seguir.

A natureza humana tem algo como que uma homologia estrutural com a história. Essa homologia permite uma teoria racional da história, uma filosofia da história. Os olhos da história são a geografia e a cronologia. Todas as demais ciências são criações posteriores.

A geometria é explicada por Vico como geo-metria. A geometria antiga é uma agrimensura. Por que primeiro os homens tiveram que marcar os limites da sua habitação, seu *oikos*. A habitação é a casa do homem, onde ele encontra unido por matrimônio solene mulher e filhos. O campo se tornou habitável, mas mais ainda cultivável.

A geografia poética nasce da delimitação do campo de cultivo das plantas sementeiras e da propriedade fixada pelo sepultamento dos mortos. O tempo é marcado pelas messes. A espiga, contada aos montes, passa a unidade a representar os anos, os anos idos, os anos carcomidos.

É inegável a ligação entre as ciências da geometria e da jurisprudência. Quem primeiro desmatou e plantou, quem primeiro contou os anos pelas sementeiras fez história, reivindicou direitos. Mas também negou o direito a outrem. Aqueles que tiveram direitos negados, porque direito é o verso da justiça. Aqueles que reivindicaram direitos foram fâmulos, trabalhadores com as duas mãos e a percepção do mundo, que tiveram o fruto do seu trabalho aproveitado pelos heróis que passaram a dissipar, a esbanjar. Injustiçados, fundaram colônias. Expansão geográfica, mas mais ainda criação de novas nações.

A história da humanidade é a história da justiça distributiva. A história da humanidade tem como causa eficiente a luta por justiça distributiva. Apesar de Vico não ser um “aristotélico” no sentido escolástico, Aristóteles estabeleceu para ele um princípio para se pensar a história. A sabedoria ordena as paixões no indivíduo, mas a justiça na cidade. A justiça, quando individual, é moral dos costumes. A justiça no âmbito político, civil, é a distribuição dos direitos e deveres da vida em sociedade na proporção correta. Porém, o critério da justa distribuição nem sempre foi o mesmo. Aristóteles tinha um fino senso histórico para tratar de questões políticas. O texto abaixo corrobora com o ponto defendido nesta dissertação.

Para Aristóteles, é ao mesmo tempo perigoso e vão impor, em nome de um justo racional, leis que vão contra os costumes de um povo. Enquanto um costume ou uma regra estão vivos, enquanto constituem a realidade ética de uma cidade, seria irracional aboli-los em nome da razão; em compensação, quando leis escritas ou não escritas são desacreditadas, uma reforma mais ou menos importante se revela necessária.

As reformas a serem postas em operação para preservar o justo natural devem ser conduzidas por legislador prudente, que tem a experiência da situação concreta. Pode ser ajudado nesta tarefa pelo filósofo. Este

último, com efeito, não só é capaz de pôr em evidência a verdade de cada regime, nem de expor os critérios que permite distinguir uma constituição reta de uma constituição corrompida; ele deve buscar fazer aparecer as correlações naturais que existem entre tal forma de constituição e tal espécie de povo. Esta ciência, desenvolvida por Aristóteles, não é ciência *a priori*, é ciência que se elabora graças à leitura hermenêutica da história (VERGNIÈRES, 1998, pp. 214-215).

Aristóteles foi influenciado pelo ideal platônico de política. Mas percebeu e defendeu na sua obra política que as *polis* tinham, sincronicamente, graus diferentes de maturidade. Para cada *polis* era preciso encontrar a espécie adequada de constituição civil. Por isso a política não deve pensada somente a partir de um ideal abstrato. Chaves dos Santos (2010, p. 36) elucida: “a história oferece ao governante e ao legislador um conhecimento das causas da corrupção das instituições sociais. Pela observação das causas do sucesso e do insucesso de determinadas organizações sociais, é possível deliberar a melhor escolha em cada caso.”

Devido a essa diferença de graus de maturidade, a justiça distributiva era proporcional em regimes aristocráticos, ou dos heróis, uma proporção geométrica. Em tempos obscuros, a maior proporção do fruto do trabalho dá-se aos heróis, ou aos oligarcas. Em tempos democráticos, a maior parte do resultado do trabalho é distribuída por sorteio, ao invés de distribuído entre aqueles que têm competência técnica para lidar com a coisa pública. Em cada época, de acordo com cada regime político, faz-se um tipo de distribuição de bens.

Vico concorda com Aristóteles quanto a ser a justiça distributiva o motor da história, e o ponto de partida para uma interpretação da mesma. A importância do assunto justifica o tamanho da próxima citação.

Platão, partindo da reflexão que as mentes dos homens particulares, que estão apaixonadas cada uma pelo útil próprio, em tais assembléias públicas se conformavam numa ideia desapassionada de utilidade comum (que é aquilo que dizem: “os homens, separadamente, são levados pelos seus interesses privados, mas em comum querem justiça”), elevou-se a meditar nas idéias inteligíveis ótimas das mentes criadas, separadas dessas mentes criadas, que não podem existir senão em Deus, e se elevou a formar o herói filósofo, que ordene com prazer as paixões.

Pelo que Aristóteles, depois, divinamente nos deixou definida a boa lei: que será uma “vontade separada de paixões”, que é o mesmo que dizer, vontade de herói; entendeu a justiça como rainha, que tem a sua sede no ânimo do herói e ordena todas as demais virtudes. Porque tinha observado que a justiça legal (a qual tem a sua sede no ânimo da potestade civil soberana) ordenava a prudência no senado, a fortaleza nos exércitos, a temperança nas festas, a justiça particular, tanto a distributiva nos erários, como, geralmente, a comutativa no foro, e que a comutativa usava a proporção aritmética e a distributiva a geométrica. [SN 1041-42] ⁹¹

A justiça legal é a o campo de observação do filósofo para a sua teoria – eis o ponto nevrálgico da citação. E em seguida, faz-se a distinção também em relação à justiça no âmbito dos fóruns: a justiça corretiva. Esta é feita no âmbito das relações entre os indivíduos como

⁹¹ “Platone, dal riflettere che ‘n tali ragunanze pubbliche le menti degli uomini particolari, che son appassionate ciascuna del próprio utile, si conformavano in un’idea spassionata di comune utilità (ch’è quello che dicono: ‘gli uomini partitamente sono portati da’ loro interessi privati, ma in comune vogliona giustizia’), s’alzò a meditare l’idee intelligibili ottime delle menti create, divise da esse menti create, le qual’ in altri non posson esser che in Dio, e s’alzò a formare l’eroe filósofo, che comandi con piacere alle passioni.

Onde Aristotile poscia divinamente ci lasciò diffinita la buona legge: che sai una ‘volontà scevera di passioni’, quanto è dire volontà d’eroe; intese la giustizia Regina, la qual siede nell’animo dell’eroe; intese la giustizia Regina, la qual siede nell’animo dell’eroe e comanda a tutte l’altre virtù. Perché aveva osservato la giustizia legale (la qual siede nell’animo della civil potestà sobrana) comandar alla prudenza nel senato, Allá fotezza negli eserciti, Allá temperanza nelle feste, Allá giustizia particolare, così distributiva negli erari, come per lo più commutativa nel fòro, e la commutativa la proporzione aritmética e la distributiva usare la geométrica.”

elementos isolados que entram em contato. Seu objetivo é restabelecer a proporção correta quando, depois de feita a justiça distributiva, algum particular furtou a parte do outro, por exemplo. Restabelecer a proporcionalidade, eis o objetivo da justiça corretiva.

No entanto, ao longo da história, a justiça corretiva foi feita a partir do mesmo critério da justiça distributiva. Por isso a lei de talião foi comum nos tempos primevos. É a lei que trata os assuntos humanos como se fossem coisas, divisíveis, multiplicáveis. Continua Vico:

[...] E deve [Aristóteles] ter advertido esta pelo censo, que é a base das repúblicas populares, que distribui as honras e os encargos com a proporção geométrica, segundo os patrimônios dos cidadãos: porque, anteriormente, nada mais se tinha compreendido a não ser apenas a aritmética; pelo que Astreia, a justiça heróica, nos foi representada com a balança, e nós lemos, na lei das XII Tábuas que, de todas as penas – que, a agora, os filósofos, os teólogos morais e os doutores que escrevem *de iure publico* dizem que devem ser dispensadas da justiça distributiva com a proporção geométrica –, aquelas em dinheiro são todas referidas como “*duplio*” e as que afligem o corpo [como] “*tálio*”. E, uma vez que a pena de talião foi inventada por Radamanto, por esse mérito foi ele feito juiz no inferno, donde seguramente se distribuem as penas. E o talião foi denominado por Aristóteles, nos *Livros morais*, “justo pitagórico”, inventado por aquele Pitágoras que aqui foi comprovado ter sido o fundador das nações, e cujos nobres da Magna Grécia foram denominados pitagóricos, como acima observamos: o que seria uma vergonha para Pitágoras, que se tornou, depois, um sublime filósofo e matemático. [SN 1042] ⁹²

⁹² “[...] E dovette avvertire questa dal censo, ch’è la pianta delle repubbliche popolari, il quale distribuisce gli onori e i pesi com la proporzione geométrica, secondo i patrimoni de’ cittadini: perchè innanzi non si era inteso altro che la sola arismetica; onde Astrea, la giustizia eroica, ci fu dipinta com la bilancia, e nella legge telle XII Tavole tutte le pene – le quali ora i filosofi, i morali teologi e dottori che scrivono *de iure publico* dicono doversi dispensare dallla giustizia distributiva com la proporzione geométrica – tutte si leggono

O inferno, na concepção acima referida, é injusto por distribuir pena a partir de uma proporção aritmética da justiça, baseada nos números apenas, sem considerar as circunstâncias, nem as paixões humanas. O corretivo do inferno é a história, se bem compreendida a partir de um princípio racional que não é um número, mas um desenho-desígnio.

Pelas citações acima é correto afirmar que uma teoria da história não é abstração inútil, mas uma necessidade inadiável. A justiça social depende de um correto entendimento da história pelos legisladores. A justiça não é sempre derivada do verdadeiro, mas quase sempre do certo. O certo emana do senso comum das nações, donde emana a importância da jurisprudência na meditação filosófica.

A relação entre filosofia e jurisprudência, ainda pode ser ilustrado pelo texto abaixo:

É interessante especular sobre o estranho fato de que enquanto nós modernos possuímos um imenso número de livros sobre direito, tal como os romanos pós-promulgação do *Edictum Perpetuum*, anterior ao tempo em que os romanos tinham pouquíssimos, e os gregos possuíam nenhuma obra sobre o direito. Por quê?

A razão é que na Grécia o trabalho de ensinar a filosofia do direito, que é a teoria do estado, da justiça, e das leis, estava na mão dos filósofos. Os chamados “*pragmáticos*”, i.e., os “simples praticantes”, suprimam os oradores de material legislativo; a função da defesa em demandas judiciais, e de encontrar argumentos sobre a equidade dos fatos atuais, estava na mão dos oradores quase que exclusivamente. Em outras palavras, a profissão da

richiamate a ‘*duplio*’ quelle in danaio e [a] ‘*talio*’ l’afflittive Del corpo. E, poiché la pena Del taglione fu ritruovata da Radamanto, per cotal mérito egli ne fu fatto giudice nell’inferno, dove certamente si distribuiscono pene. E ‘l taglione da Aristotile ne’ *Libri morali* fu detto ‘giusto pittagorico’, ritrovato da qual Pittagora che si è

advocacia na Grécia tinha três aspectos: (1) o conhecimento teórico dos filósofos, (2) a conversação dos *pragmáticos* com a legislação positiva e a sua história, (3) a habilidade forense dos oradores. Os gregos possuíam incontáveis livros sobre filosofia, um grande número de falas eloqüentes, mas nenhum livro técnico acerca do direito (VICO, 1990, pp. 48-9).⁹³

O certo, para estabelecer o justo, se encarna na lei, pois há um problema: enquanto o certo muda ao longo do tempo a lei encerra o certo na letra. O estudo da história ganha o seu mais alto valor a partir da jurisprudência, com conseqüências das mais perigosas.

A lei educa, limita a propriedade, a autoridade, regula a liberdade. Mas a lei é letra petrificada. A letra contém o direito material no seu sentido. Se a letra aprisiona o sentido de equidade que ela deve estabelecer entre os cidadãos, perde o seu valor e se torna instrumento de dominação, atenta contra a liberdade que ela quer assegurar. A letra mata. O certo petrificado na lei se torna instrumento de poder e dominação.

Portanto, é importante que o legislador estude a história em conexão com a justiça forense. O filósofo, e isso atestado pela sua gênese no fórum de Atenas, têm uma relação muito íntima com a justiça política. Se o filósofo aplica a geometria ao conceito de justiça, sem considerações históricas e particulares, corre o risco de perder o objetivo principal de seus raciocínios: a justiça.

qui trovato fondatore di nazione, i cui nobili della Magna Grecia Si dissero pittagorici, come sopra abbiamo osservato: che sarebbe vergogna di Pittagora il quale poi divenne sublime filosofo e matematico.”

⁹³ “It is interesting to speculate on the strange fact that whereas we moderns possess an immense number of books on law, as did the Romans after the promulgation of the *Edictum Perpetuum*, prior to that time the Romans had very few, and the Greeks possessed no works on law. Why?

The reason is that in Greece the task of teaching the philosophy of law, that is, the theory of the state, of justice, and of laws, devolved on the philosophers. The so-called ‘*pragmatics*,’ i.e., the ‘sheer practitioners,’ supplied legislative material to the orators; the function of pleading cases, and of devising arguments in equity from the actual facts, fell almost exclusively to the orators. In other words, the legal profession, in Greece, had three aspects: (1) the philosophers’ knowledge of theory, (2) the *pragmatics*’ conversancy with positive legislation and its history, (3) the orators’ forensic ability. The Greeks possessed countless books on philosophy, a great many eloquent speeches, but no technical books on law.”

Estudo de caso: Vico informa-nos que os romanos patrícios escondiam a lei, o texto da lei, o sentido da lei, para utilizá-los em momento oportuno, a favor deles – privilégio dos patrícios. Três eram os tipos de lei na Roma antiga, afirma: a lei sacra, a que convinha os auspícios, a lei pública e a lei privada.

Os Patrícios utilizavam a lei sacra como “fonte secreta de poder.” Assim, os Patrícios usavam o conhecimento da lei contra as três classes da sociedade romana: a dos plebeus, a dos cavaleiros e senadores.

Os patrícios, entretanto, fizeram uso de seu conhecimento do direito como de um *arcanum*, uma fonte secreta de poder. Em Roma, o corpo político consistia de apenas três classes sociais: plebeus, cavaleiros e senadores. Os patrícios não constituíam uma classe à parte e nós não teríamos nenhum relato confiável deles se eles não tivessem, por algum esquema, subido por uma escada erigida por eles mesmos a ladeira do poder na república. O direito era de três tipos: sacro, incluindo o direito dos auspícios; público, abraçando a lei da embaixada; e privado, cobrindo as *formulae* dos procedimentos judiciais. Os patrícios, desejosos de obter alguma influência, senão total pelo menos parcial, sobre as assembleias do povo (*comitia*), que poderia ser ajudado somente quando os auspícios eram favoráveis a ele e que tomavam parte nos assuntos relativos à guerra, paz, alianças, e justiça pública, inventaram o seguinte artifício: que ninguém poderia ser considerado jurista a menos que conhecesse todos os três tipos de lei. Conseqüentemente, a sua definição de arte do direito era: “o conhecimento das coisas divinas e humanas (VICO, 1990, p. 50).”⁹⁴

⁹⁴ “The patricians, however, made use of their knowledge of the law as of an *arcanum*, a secret source of power. In Rome, the body politic consisted of only three social classes: plebeians, knights, senators. The patricians did not constitute a class apart and we would have no reliable account of them if they had not, by some scheme, raised for themselves a ladder of power in the republic. Law was of three kinds: sacral, including the law of the auspices; public law, embracing the law of embassy; and private, covering the *formulae* of judicial

A lei pode ser usada contra a liberdade, ou contra utilidades inocentes dos cidadãos. A letra da lei pode mascarar a escopo da lei. O poder perde o amparo; as pessoas, a justiça. Nesse caso, importa conhecer a diferença entre a caducidade do texto da lei e a sua intenção de equidade. E à velhice da letra se contrapõe o conhecimento da justiça. Esta, já apontava o velho Aristóteles, é uma proporção geométrica que varia ao longo do tempo. Para se fazer justiça é preciso um fino trato histórico.

Não é coisa de somenos que Vico tenha enfatizado tanto a sua descoberta do que ele chamou de história ideal eterna, que perpassa a história concreta, a história das nações. Esta sem aquela é inteligível. Portanto, segue-se, neste capítulo, uma apresentação em linhas gerais da história ideal eterna.

3.4 História ideal eterna e a natureza das nações: ideias de ordem

O mundo é o conjunto dos feitos históricos das nações. E, neste ponto, é importante retomar algumas questões desenvolvidas em outras partes desta dissertação, as conclusões de Vico, ao investigar a sabedoria antiga dos italianos são: as palavras *verum* e *factum* são intercambiáveis. Elas admitem reciprocidade. As palavras “intercambiável” e “recíproco” são sinônimos, a partir da acepção de “troca mútua”, “permuta”. Significa que o fato expressa a verdade. “Fato” significa, etimologicamente: “o que foi feito, criado”. “Verdadeiro” tem o sentido de: “aquilo que pode ser verificado, aquilo que é visível” – conceito do *verum-factum*.

proceeding. The patricians, craving to obtain an influence, if not entire at least partial, over the assemblies of the people (*comitia*), which could be held only when the auspices were favorable and which took up matters relating to war, peace, alliances, and public justice, bethought themselves of the device: that no one should be considered

O princípio epistemológico do *verum-factum* é transformado em princípio metafísico, na *Ciência nova*: “A filosofia considera a razão, de que procede a ciência do verdadeiro; a filologia observa a autoridade do humano arbítrio, donde se origina a consciência do certo” (VICO, 1999, p.94). Aplicado à história ele gera um princípio: “Idéias uniformes originadas junto à totalidade dos povos, não conhecidos entre si, devem ter um motivo comum de verdade” (VICO, 1999, p.94).

Isso fundamenta a escolha do estudo da sociedade civil, buscando seus princípios nas modificações da natureza humana. Os tempos primevos do nascente gênero humano são caracterizados por um sentir que é julgar sem reflexão. No decorrer do tempo os homens desenvolvem sua capacidade de reflexão ao máximo.

A mutabilidade da natureza humana também explica as diferentes formas de organização política e instituições sociais encontradas na história daquilo que Vico denomina “nações”. A sua filosofia é uma filosofia social. Vico tem horror aos chamados, por ele próprio, filósofos monásticos; que nós chamamos os pensadores da torre de marfim. Ele não se refugiou em uma torre de marfim. Pelo contrário ele se interessava pela humanidade, antes de tudo como gênero, e propôs uma filosofia que tinha por finalidade ser proveitosa ao gênero humano. Apesar de algum otimismo, Vico não deixa de apontar o perigo da recorrência à barbárie.

A falta de sociabilidade deixa o homem entregue a si próprio, erguido, por ele e para ele, como regra do universo. O homem que vive isolado, não civilizado, passa a ser seu próprio critério de verdade. Torna-se besta-fera. No final da *Ciência nova* nosso filósofo fala da barbárie da reflexão, a pior das barbáries. Isto não significa que o autor tenha uma visão cíclica da História, como a dos filósofos antigos, especialmente os pré-socráticos e os estóicos. Sua concepção dos *corsi* e *ricorsi* pode ser representada como uma escada espiral

a jurist unless he knew all three kinds of law. Hence, their definition of the art of law as ‘a knowledge of divine and human affairs.’”

ascendente. Nesse caso a volta à barbárie não seria uma simples volta, mas seria uma barbárie ainda mais complexa.

A barbárie pode ser caracterizada, antes de tudo, como uma ausência de sentido definido na comunicação humana, de tal modo que essa falta de sentido, ou equivocidade causada pelo engano, afeta o direito e a justiça, molas-mestras de qualquer sociedade. Afetados o direito e a justiça, os homens buscam satisfazer seus interesses, buscam o útil, e para tanto lançam mão até mesmo da violência ferina.

A ausência de sentido dos atos de comunicação humanos, decorrente da falta de sentido pelas ações humanas caracterizam qualquer barbárie. O homem pós-queda, os *bestioni* da *Ciência nova*, ou os bárbaros do período pré-histórico, não sentiam vergonha de sua promiscuidade a céu aberto. Ela não tinha sentido. Os *bestioni* eram homens insociáveis, que viveram em um ferino error vagabundeando pela grande selva da terra, eram bestas-feras, semi-humanos. Como inicia a história da civilização? Como esses homens-bestas se tornam seres humanos? Através da atribuição de sentido, através da atribuição de *valor* aos fatos naturais. Da interpretação dos fenômenos naturais, como o raio, mediada pelo temor ao raio, nasceram valores “naturais” sociais. Esses valores iniciais se tornaram regras de conduta, e a partir daí nasceram as primeiras instituições. O conjunto de instituições é interpretado por Vico como “nações”.

Segundo Fish (1961, p. xxiii), que comenta o uso etimológico da palavra, uma nação é um “nascimento”, uma gênese, surgimento. Por conseguinte, uma raça, uma parentela, um grupo, um gênero, um tipo que tenha uma origem comum, ou mais geralmente, uma linguagem comum e outras instituições.

Em *A Ciência nova*, “nação” é usada com três diferentes ênfases. A primeira se refere ao caso ideal ou típico: um sistema de instituições qualquer. A segunda enfatiza a escolha de uma nação tendo assegurado que suas instituições se desenvolveram independentemente de

outras, de tal maneira que as correspondências entre um sistema e outro não possam ser atribuídos à difusão cultural. O importante, nesse uso de nação é exemplificar o princípio segundo o qual: “idéias uniformes originadas junto à totalidade dos povos, não conhecidos entre si, devem ter um motivo comum de verdade” (VICO, 1999, p. 95). A terceira ênfase, no uso da palavra nação, é o fato de a palavra identificar sistemas de instituições que estão em contínua mudança que não se devam a causas externas, mas às tensões internas, sob as quais uma espécie de “guerra de classes” exerce o papel principal. Neste caso, uma nação é um sistema que comporta o nascimento contínuo de novas instituições dentro dela, de tal maneira que as velhas instituições ou se transformam ou desaparecem completamente, o que origina uma nova nação.

As nações, nunca é demais enfatizar, tiveram os seus começos nas públicas necessidades e utilidades dos povos, e depois, ao ser-lhes aplicada a aguda reflexão de homens particulares, as ciências e as nações foram aperfeiçoadas [SN 51].

Há de se atentar para o fato de não haver, no conceito de nação, referência ao Estado moderno, ou Estado nação moderno, mas um uso mais amplo da palavra, pelo qual exhibe o padrão “filogenético” de desenvolvimento de uma nação, desde a sua primeira forma embrionária passando pelo estado em que se encontra plenamente desenvolvida, até seu desaparecimento.

O uso que Vico faz da palavra nação é mais sociológico que político. Por isso ele qualifica, às vezes, “nação” como gentia, ou nação gentia, agora para fazer referência ao estágio de evolução social das famílias, casas ou gentes. Da modificação das famílias, surgem as nações. As nações gentílicas tiveram sua origem nas famílias. A nação hebraica teve sua origem em um sistema de instituições que não originou no meio dela, mas foi dada pela *Torá* hebraica.

Em um quadro amplo, o conjunto das nações constitui o “mundo das nações”, o principal objeto de estudo da *Ciência nova*. Vico pretendeu, pelo estudo do curso que faz as nações, encontrar a história ideal do “mundo das nações”. O mundo das nações é constituído por todas as nações gentias, cuja relação originária está no comércio, nas embaixadas, nos tratados de paz, nas alianças que, por sua vez, modificam essas mesmas nações.

Há dois sentidos principais de história na *Ciência nova*: história ideal eterna e história no tempo. Esta é encontrada na história das nações, em seus registros escritos. Aquela é encontrada no padrão de repetição de curso e re-curso das nações.

Segundo Löwit (1991, p. 128) a história ideal eterna atravessada no tempo pela história das nações se constitui uma dialética da história, cuja finalidade é mostrar que Deus, não de fora da natureza, mas imanente nela, por meio da sua divina providência, tem conduzido os homens de maneira a mantê-los em sociedade.

A *história ideal eterna* é a representação formal, mais abstrata, que compreende várias representações possíveis da *história das nações*, também na *Ciência nova*, as quais serão apresentadas abaixo.

Bobbio (1985, pp.122–124) esquematiza as representações viquianas do tempo histórico como se segue: 1) era dos deuses, dos heróis e dos homens; 2) era monástica dos gigantes, econômica dos pais de famílias e, por fim, a autoridade civil (representação relativa a autoridade); 3) Fase bestial, fase das famílias, fase das repúblicas aristocráticas, fase das repúblicas populares, fase das monarquias (no plano da organização social); 4) pré-história e história (plano da história); 5) fase pré-estatal e a estatal; 6) barbárie e civilização.

Agora é importante retomar a tese central que deu título a esta dissertação: em Vico encontramos uma filosofia da história que pressupõe uma teoria do conhecimento que tem por base a natureza humana, ou um modelo antropológico de homem. A natureza humana é um conceito que estabelece um padrão de mudança ao longo do tempo das possibilidades

relacionais entre os sentidos e a mente. Em a *Ciência nova*, “a história ideal eterna” é como que um modelo de crise. Eis o cerne da *Ciência nova*.

3.5 A história ideal eterna como modelo de crise

O pólo negativo do mundo das nações é o mundo natural. Este é caracterizado não pelo caos cosmológico, mas sociopolítico, da confusão dos costumes humanos, dos intercursos promíscuos dos homens primevos, os *bestioni*, ou os homens feras.

Do mundo natural, por meio de instituições primitivas, surgem as primeiras nações. Essas instituições elementares são as religiões terríficas, os matrimônios solenes e o sepultamento dos mortos. Essas são as instituições que geraram o mundo das nações.

A história do surgimento das primeiras nações não deve ser fundamentada em pactos hipotéticos, mas na autoridade dos pais das nações gentias. “Autoridade”, diz Vico (1999, p.159) é um “dos aspectos principais desta Ciência [Nova]”. Sua principal acepção é a de “propriedade”. Primeiro os gigantes, os homens primevos, bárbaros, que erravam vagabundos pela grande selva da terra, foram propriedade de Júpiter. Por isso a autoridade começa divina. Depois se torna, a autoridade, o livre uso da vontade, uma vez que os gigantes, assombrados pelos raios de Zeus se escondem nas cavernas, se fixando em uma região. Ao deixarem de continuar vagando pela terra fixando-se em uma região, adotando certos costumes, impuseram freio a sua vontade ferina. Isto é liberdade: por freio aos vícios, transformando-os em virtude.

A autoridade pela qual os homens são instruídos a porem freio a seus vícios, se tornando humanos, primeiramente foi dos poetas teólogos, depois dos pais de famílias, em seguida das leis do período heróico da república aristocrática e, por fim, dos filósofos, que surgem no período da república popular.

Em poucas palavras, a autoridade começa nos pais das nações gentílicas, durante a barbárie, em que os pais, sacerdotes que através de terríveis ritos de iniciação, sangrentos sacrifícios, e oficiosas cerimônias, fundam as famílias, através das fábulas de Zeus e de Hércules.

Os pais de família, com o passar dos anos, quando vêem sua autoridade ameaçada pelos fâmulos, que não a querem reconhecer, se juntam, criando a república aristocrática.

Com a finalidade de manter sobre a plebe seu domínio, ainda que questionado pelos plebeus, devido o abuso dessa autoridade, pois nem sequer repartem os aristocratas os despojos das batalhas vencidas com a ajuda dos próprios plebeus, alteram as fábulas em mitos, resultando os deuses, seres dissolutos, à imagem dos aristocratas. Com o findar da república aristocrática, surgem os filósofos. Sua autoridade é baseada no raciocínio, em arrazoados abstratos sobre o que sejam a equidade e a justiça.

Segundo Harold Bloom (2002, p. 63), Vico teria reduzido prioridade a propriedade:

Vico, que leu toda criação como um severo poema, compreendeu que prioridade na ordem natural e autoridade na ordem espiritual haviam sido uma coisa só e tinham de continuar sendo uma coisa só, *para os poetas*, porque só essa severidade constitui o Saber Poético. Vico reduziu a prioridade natural e a autoridade espiritual a propriedade, uma redução hermenêutica [...].⁹⁵

Na hermenêutica do mito, a propriedade e prioridade foram ensinadas através dos terríveis rituais da educação, tanto familiar quanto heróica. Por meio de uma espécie de terror espiritual, exercido pela posse dos mitos, e de sua interpretação “autorizada”, os pais de

⁹⁵

Ver pág. 54.

famílias se mantinham como proprietários dos próprios filhos, podendo até mesmo vendê-los, se quisesse.

Também os heróis mantinham os plebeus como suas propriedades. Porém, como por uma espécie de “astúcia da razão”, os povos estavam sendo domesticados, humanizados. A autoridade do mito, de espiritual se torna, então, política, segundo a hermenêutica do mito.

As nações gentias foram fundadas por poetas-teólogos. Vico denomina-os de autores da humanidade gentílica. As nações gentias tiveram de construir seu sistema de valores. Os poetas-teólogos são os primeiros autores da gentilidade porque foram os primeiros a atribuir sentidos aos fatos. Sua autoria lhes conferiu autoridade.

Autoridade e autoria, um par de conceitos que encontram seu ponto de tangência na potestade paterna. Pois foi através da autoridade que as famílias foram formadas. Através da autoria de um novo sentido atribuído aos primeiros raios. Eram comunicações de Júpiter, diziam.

As fábulas antigas que chegaram a nós são prova da atividade desses poetas teólogos. Pois, “os primeiros teólogos fingiram a primeira fábula divina, a maior de quantas jamais foram imaginadas, ou seja, Zeus, rei e pai dos homens e dos deuses, a despedir seus raios; tão popular, perturbadora e instrutiva, que eles mesmos, que o imaginaram, e nele acreditaram, com assustadoras religiões [...] chegaram a temê-lo, a reverenciá-lo, a obedecê-lo” [SN 379].

96

Essa atividade criadora, autoral, dos poetas teólogos foi para proveito da humanidade. Por isso a Filosofia deve, também, ser uma reflexão sobre o sentido das coisas, dos símbolos, das idéias, reflexão essa que aproveite à humanidade. Esta deve encontrar seus princípios no estudo das nações, seus costumes, suas leis, suas religiões, arte, arquitetura, etc. E, assim, a

⁹⁶ “In tal guisa i primi poeti teologi si finsero la prima favola divina, la più grande di quante mai se ne fisero appreso, cioè Giove, re e padre degli uomini e degli dei, ed in atto di fulminante [...]”

nova ciência que tem por objeto o mundo das nações instaura uma nova filosofia. É o que classificamos hoje como É o “ideal” de uma filosofia social.

A *Ciência nova* tem seu núcleo nas seções de princípios que não deduz de axiomas indemonstráveis, abstratos, mas de fatos históricos, concretos, documentados.

O mundo das nações é como que o sítio arqueológico de Vico. É nele que Vico busca fundamentação para suas teses que, pelo contrário, poderiam não passar de ousadas hipóteses.

Então, do conceito de nação depende a fundamentação da nova ciência proposta por Vico, a qual não é senão uma história das mentes humanas, cujas idéias se modificam ao longo do tempo. As idéias não podem ser estudadas à parte da história do mundo das nações. O conceito se refere ao devir de instituições que geram um tipo de linguagem ou de literatura que pode servir de parâmetro de classificação de grupos sociais. O conceito é sociológico, descritivo, e tem a pretensão de captar o movimento na história em seu conjunto de acepções.

Certamente a obra de Bacon, *A sabedoria dos antigos* exerceu influência antitética em Vico. A interpretação de Bacon, de vários mitos tende a encontrar “um significado implícito e oculto” (BACON, 2002, p.18). Vico prioriza a interpretação na direção seguinte: as fábulas contém verdades civis, não uma sabedoria arcana. Toda nação fundamentou sua gênese por meio de fábulas. Se toda nação teve inícios fabulosos, e a etimologia de “fábula” aponta para o sentido de “verdadeira narrativa”, logo, deve-se iniciar a investigação sobre a organização política e civil das “nascentes nações” pela interpretação dos mitos que nos legaram principalmente os gregos.

O estudo do mito é chamado mitologia. A mitologia pode ser considerada ciência? Sim para Vico. Por isso é preciso descobrir os princípios de interpretação que conduzam a leitura do mito na direção da constituição da história dos povos primitivos, ou seja, na direção daqueles mitos a partir dos quais surgiu o mundo das nações.

Além do estudo do mito, em particular, deve-se entender, no contexto mais amplo do desenvolvimento histórico da humanidade, a finalidade que cada povo deu à sua maneira de agir. É o que pretende a *Ciência nova*. Segundo Berlin (1982, p. 9):

[...] As fábulas e mitos, as cerimônias e monumentos do homem primitivo, de acordo com o ponto de vista prevalecente na época de Vico, eram fantasias absurdas de homens desamparados ou invenções deliberadas para iludir as massas e assegurar sua obediência às ordens de chefes astutos e inescrupulosos. Isso é considerado [por Vico] um sofisma fundamental. Da mesma maneira que as metáforas antropomorfas da linguagem primigênia, os mitos, fábulas e rituais são, para Vico, outras tantas formas naturais de transmitir uma visão coerente do mundo como era visto e interpretado pelo homem primitivo; do qual se deduz que a maneira de compreender aqueles homens e seus mundos é procurar penetrar nas suas mentes, averiguar o que faziam, estudar as regras e significado de seus métodos de expressão – seus mitos, seus cantos, suas danças, as formas e modismos de suas linguagens, seus casamentos e seus ritos funerários. Para compreender sua história é necessário compreender aquilo para o qual viviam. [...]

“Para compreender sua história é necessário compreender aquilo para o qual viviam”, é a chave da interpretação histórica do mito. Entender suas línguas, seus costumes, suas mentes. É o que pretende ser a história ideal eterna.

A Ciência nova é um agregado de ciências que tem sua unidade no estudo da constituição histórica das nações gentias. Para Vico, todas as ciências são derivadas e modificadas pelas relações sociais, e de como o homem entende a natureza e com ela se relaciona. Em Vico, teoria do conhecimento é convertida em sociologia do conhecimento. Os cinco sentidos são como que construídos socialmente. A maneira pela qual o homem apreende

o mundo natural pelos sentidos, varia conforme a época e o lugar – que “os homens primeiramente sentem sem se aperceberem, a seguir apercebem-se com o espírito perturbado e comovido, e, finalmente, refletem com mente pura” [SN 218]. A capacidade de formular conceitos universais é uma forma de sabedoria tardia, na história humana.

Surge a pergunta: como os homens primitivos percebiam a natureza a eles circundante; como eles interpretavam, julgavam o que viam? A resposta está na direção da concreção, ao contrário da abstração ou da reflexão.

O primeiro juízo de valor teria surgido a partir de uma experiência terrífica por alguns indivíduos. Os homens-bestas, os *bestioni*, viviam num ferino vagar pela grande selva pós-diluviana.

Além de pós-diluviana, é também pós-queda. Pós-diluviana no contexto histórico, pós-queda no contexto da sociabilidade humana. O Dilúvio é apenas o arquétipo da queda na barbárie, da dissolução dos costumes, da dispersão ou recusa da vida em sociedade. Pois, os *bestioni* se recusaram a viver em sociedade, buscando aquilo que julgavam ser mais promissor para sua situação individual, saíram pela grande selva da terra.

A grande selva era não só natural, mas também neméia, ou misteriosa. Isso significa que os homens tinham medo não somente dos animais seus predadores. Tinham fobia de algo mais. Alguém que estando na floresta, descobrindo-se vigiado por um felino, sabe que está em perigo. Mas se, sendo supersticiosa essa mesma pessoa, é informada de que naquela mata há fantasmas, sentiria medo também, mas de uma espécie diferente, um tipo especial de medo, que poderia ser chamado de pavor. É o medo provocado pelo “misterioso”. Ele envolve temor, reverência e pudor – três sentimentos fundamentais à civilização. Os homens primitivos acreditavam em coisas que lhes causavam medo e reverência. A experiência com o misterioso, o numinoso, é tão antiga quanto a própria humanidade.

Segundo Vico os homens da época pós-diluviana tinham estatura avantajada. Eles eram abandonados por suas mães logo após o desmame, e viviam num ferino vagar pela vasta selva da terra. A selva era densa, fechada, contendo obstáculos quase intransponíveis. O esforço despendido, no deslocamento desses seres, fez com que se tornassem gigantes os homens de então; associados obstáculos e substâncias químicas, dejetos humanos, com os quais eles tiveram contato quando crianças.

O vagar dos *bestioni* era motivado pelas necessidades vitais e pelo desejo de possuir as mulheres que, também ferinas, eram esquivas, e assim viviam fugindo pela floresta; mulheres, e homens besta ao encaço delas. Viviam como animais. Cada fêmea era possuída por vários machos, de maneira que se viviam em grande promiscuidade.

O primeiro júzo de valor surge quando, podemos suspeitar pela passagem lacônica [SN 375-378], provavelmente pudica, da *Ciência nova*, um raio foi visto por seres humanos. O raio foi interpretado como um deus. O som do raio deu o nome a Júpiter, correspondente onomatopaico de *Iús*, o som do raio que fulmina. O primeiro homem, um gigante, que interpretou o raio como fala de Júpiter, como um comunicado divino, influenciou a outros homens. Como o gigante, os homens começaram a viver não mais como nômades, mas recolhidos em cavernas; não mais como promíscuos, mas castos, contraindo solenes matrimônios.

E, como os que obedeceram, os fâmulos, abrigados pelas cavernas, tiveram suas vidas poupadas, consideraram-no sacerdote. Daí em diante ele mesmo acreditou ser capaz de novas previsões – augúrios. Este se tornou um adivinho. Sua adivinhação o tornou autor. Autor de uma nação, mas autor de uma narrativa mítica. Essas coisas surgem simultaneamente. A princípio sua nação é uma pequena família. Porém seus filhos herdaram sua autoridade, e depois da revolta dos fâmulos, se unem e criam uma república aristocrática.

Cada família, com seu brasão de armas, com seu símbolo patronímico, indicam ser patriarcas por autoridade recebida de Júpiter, o pai deles, não mais de todos os homens. A fábula se torna mito, sendo usada com fins políticos. Os descendentes dos fâmulos, que na república aristocrática se tornam plebeus, se revoltam, ao se darem conta da alteração do mito. Pois, Júpiter é pai de todos os homens. Quando não se pode mais conter a revolta, surge um novo tipo de república, a popular.

Na república popular a autoridade fica difusa, irreconhecível, e com a dissolução dos costumes e o perigo do retorno à segunda barbárie, os cidadãos ou lançam mão de um rei, instituindo a monarquia, ou se perdem na barbárie.

A segunda barbárie não é tão profunda como a pré-histórica, mas, ainda assim, barbárie. Novamente surgem as famílias como unidades políticas, depois os feudos, e assim prossegue a história.

Ao terminar este capítulo, e com ele a dissertação, uma ideia será ressaltada. A de que o modelo-desenho da história universal, segundo o quadro que dele pinta Vico nos estabelece um “modelo de crise”.

Utilizo, aqui, as ideias de dois leitores de Vico. Um é Löwit, que já foi citado. Löwit (1991, p. 120) informa que “no seu tempo, Vico era praticamente desconhecido. Estava demasiado adiantado para a sua época, para ter uma influência imediata. O veredicto inteligente de um censor real dizia que a *Nova Ciência* é uma obra ‘que assinala uma crise bastante lamentável da história européia.’” MacIntyre demonstra a necessidade, para se pensar com propriedade o problema da moral racionalista, de um modelo de catástrofe. Ele inicia a sua obra *Depois da virtude* com uma estória inventada por ele mesmo de uma catástrofe sofrida pelas ciências naturais, em que um movimento político denominado “Nenhum saber” teria queimado laboratórios e bibliotecas, e tudo o que restara dessa catástrofe são fragmentos de várias teorias. Elas não são conciliáveis. Mas, como falta um contexto histórico, os

cientistas iniciam por ligar fragmentos simplesmente por que o tratamento não histórico o permite. E enuncia que:

A análise filosófica não nos ajudará. No mundo real, as filosofias predominantes na atualidade, analítica ou fenomenológica, serão impotentes para detectar as desordens do pensamento e da prática da moral, da mesma forma que foram impotentes diante do caos das ciências no mundo imaginário. Contudo, a impotência desse tipo de filosofia não nos deixa tão desprovidos de recursos, pois um dos pré-requisitos para a compreensão do estado confuso atual do mundo imaginário era entender sua história, uma história que foi preciso escrever em três estágios distintos. O primeiro estágio foi aquele em que as ciências naturais floresceram, o segundo foi aquele em que sofreram a catástrofe, e o terceiro foi aquele em que foram resgatadas, mas em forma danificada e confusa. Repare-se que essa história, por ser uma história de declínio e queda, obedece a um modelo. Não é um relato neutro em termos valorativos (MACINTYRE, 2001, p. 16).

As citações acima estão de acordo com o sentido do desenvolvimento da história das nações em que elas experimentam em sua história início, progresso, estabilidade, decadência e fim [SN 245].⁹⁷ Esse princípio é filológico. O princípio filosófico correspondente é o seguinte: a ordem das ideias deve seguir a ordem das coisas (instituições) [SN 238].⁹⁸ Confirma-se tudo isso com um axioma que estabelece o modelo de tratamento da história: a ordem das coisas humanas procede da seguinte maneira: primeiro as selvas, depois os

⁹⁷ “Principi della storia ideal eterna, sulla quale corrono in tempo tutte le nazioni ne’ loro sorgimenti, progressi, stati, dedadenze e fini.”

⁹⁸ “L’ordine dell’idee dee procedere secondo l’ordine delle cose.”

tugúrios, então as vilas, então as cidades e por fim as academias [SN 239].⁹⁹ O modelo[desenho] da história, em Vico, é um modelo de crise, ou seja, de ascensão e queda.

Conclusão

Os princípios filosóficos somados aos princípios filológicos estabelecem a ciência da história. O modelo da história ideal eterna, dividido em etapas de nascimento, desenvolvimento e morte, pode ser denominado modelo de crise. Por essa razão o censor afirmou ser a *Ciência nova* um espelho da crise européia da época de Vico.

A história ideal eterna atravessada pela história das nações, respectivamente objeto formal e objeto material da *Ciência nova*, estabelece um modelo valorativo da cultura humana. Permite esse modelo o máximo que se pode ter em termos de uma previsão racional da história, e está de acordo com a cosmologia da história: o *mondo*, mundo, é o conjunto de atividades que engloba o comércio, a diplomacia, as alianças, as federações e os tratados de paz; o *cosmos*, universo, é o conjunto das instituições primitivas da religião, do casamento, do sepultamento dos mortos; o *caos* é a confusão das sementes humanas devido a intercursos promíscuos.

A relevância do estudo da história por meio da tópica estabelecida na *Ciência nova* está na possibilidade de pensar o diferente, de captar na teoria as catástrofes históricas, o que não é possível por meio de modelos neutros e atemporais dos estudos ético-políticos do século XX em geral.

⁹⁹ “L’ordine delle cose umane procedette: che prima furono le selve, dopo i tuguri, quindi i villaggi, appresso le città, finalmente l’accademie.”

CONCLUSÃO

Aqui, conclusão não apodítica; por conseguinte têm o sentido de fechamento da dissertação, apenas. O objetivo, como foi apontado acima na introdução, é dar resposta à seguinte questão: como criar uma filosofia da história? Como transformar o mito em história, como ler os mitos da antiguidade grega, de modo a extrair deles a história dos povos que os criaram, os povos primitivos?

Ou seja, a busca é por um princípio fundamental que oriente uma leitura filosófica da história, não para encontrar uma sabedoria oculta. O resultado esperado é que se tenha conseguido uma apresentação dos princípios a partir dos quais Vico estabelece uma nova tópica para a leitura da história. Essa tópica decorre de uma concepção inovadora de verdade, de lógica, de epistemologia, enfim, de filosofia da história.

Os princípios são de diversos modos. Princípios que consideram basicamente uma teoria do conhecimento aplicada aos povos primitivos. Axiomas fundamentais para uma nova interpretação do mito e, por isso mesmo, axiomas hermenêuticos. A finalidade de Vico era encontrar uma verdade específica no mito, uma verdade social. Mediante os princípios postulados por Vico é possível constituir uma ciência dos mitos - mitologia.

A escolha por estudar a questão do mito e da história no pensamento de Giambattista Vico, se deu por ser a proposta do filósofo a mais radical do seu tempo na direção da filosofia da história. Fazer filosofia da história não é uma alternativa entre outras possibilidades, para Vico, mas o próprio objeto filosófico por excelência. Pois o mundo civil foi feito pelos homens, e não há nenhum objeto que o homem pode conhecer por excelência.

Conhecer algo é fazê-lo, constituí-lo, todas as suas unidades atômicas, suas partes constituintes, concebendo na mente, ligando as partes umas nas outras. É como o conhecimento que os homens têm da matemática, tão claro, indubitável; mas somente

possível porque os homens criaram essa ciência. Por outro lado, fica suspeito, invertendo a concepção cartesiana, o conhecimento que muitos julgam ter da Natureza, porque externa ao homem, que não a criou.

O conhecimento do mundo civil é possível, legítimo, pois os homens o criaram, e seus princípios podem ser encontrados na mente humana. Mas, para compreender a mente humana é preciso descobrir como os homens começaram a pensar humanamente, o que se deu a partir do mito. Este revela não uma sabedoria filosófica recôndita, mas uma sabedoria poética, que enquanto era criada poeticamente e fingida, fundava o mundo das nações. O mito revela propriamente história e não filosofia.

Por meio da história das relações sociais dos homens primitivos é possível encontrar a gênese provável do mundo civil. Uma história verossímil é melhor que uma hipótese imaginária, posta a partir de olhos treinados em uma racionalidade que o mundo primitivo não conheceu, que nem sequer tinha faculdades prontas, amadurecidas para reflexões tão abstratas quanto as que são necessárias para que se chegue a um pacto social do tipo hobbesiano.

O mito tem, basicamente, duas fases: uma que reflete o monoteísmo primitivo, outra que reflete uma pluralidade dos deuses. Esta última fase deve ser entendida como manipulada pelos heróis com a finalidade de justificar seus costumes dissolutos. Procurar uma sabedoria antiga nessa fase da mitologia é incorrer em um tipo de anacronismo, que toma o mito como algo acabado, sendo que, na verdade, é já uma corruptela do original, surgido no período de monoteísmo de Júpiter.

Entretanto, o estudo do mito é uma das etapas que se deve cumprir no estudo da história para se encontrar um princípio racional que fundamente uma leitura sistemática e totalizadora da história.

O princípio fundamental é aquele que se constitui em modelo de crise, cujas categorias são “nascimento”, “desenvolvimento” e “morte” das instituições. É preciso sempre contemplar as coisas no seu desenvolvimento histórico, o que não é estudo ocioso.

A importância do estudo da história foi ressaltada, principalmente em seu ponto de contato com a jurisprudência. Certamente que empreender uma pesquisa com a finalidade de criar uma teoria filosófica da história não é inútil.

A filosofia não é inútil. A filosofia é útil, pois nos informa quais são as ideias verdadeiras. Somente depois do julgamento filosófico sobre os raciocínios filosóficos sobre a história é que se pode fundamentar uma filologia científica.

A combinação de filosofia mais filologia resulta em uma história ideal eterna atravessada no tempo pela história das nações, não o tempo dos minerais e das rochas, mas o tempo do mundo civil.

A ancoragem filosófica acontece por meio do conceito de natureza humana. A natureza humana em parte é semelhante à natureza dos animais, é semelhante até mesmo ao mundo físico, mas há um núcleo que estabelece a diferença específica da natureza humana, que é o conjunto das capacidades cognitivas mais as capacidades criativas, o que faz com que a natureza humana seja criativa e sociável.

REFERÊNCIAS

Obras de Giambattista Vico

VICO, Giambattista. *Princìpi di Ciência nova*. Napoli: Mondatori, 1992. 557 p.

_____. *Ciência nova*. Tradução de Jorge Vas de Carvalho. Lisboa: Calouste Goulbenkian, 2005. 855 p.

_____. *A Ciência nova*. Tradução de Marco Lucchesi. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999. 506 p. Título original: *Ciência nova*.

_____. *Princípios de (uma) Ciência nova (acerca da natureza comum das nações)*. 2.ed. Trad. Antonio Lázaro de Almeida Prado. São Paulo: Abril Cultural, 1979. 102p. (Coleção Os Pensadores).

_____. *The new science of Giambattista Vico*. Translated and abridged by Thomas Goddard Bergin and Max Harold Fish. New York: Anchor Books, 1961. 384p.

_____. *De l'antique sagesse de l'Italie*. Traduction de Jules Michelet. Paris: Flammarion, 1983. 178p.

_____. *On the study methods of our time*. Translated by Elio Gianturco. New York: Cornell University Press, 1990. 91 p.

Outras obras

BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Tradução de Juan Antonio Gili Sobrinho. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 215p. Título original: *Vico and Herder: two studies in the history of ideas by Isaiah Berlin*.

BLOOM, Harold. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago, 2002. 207p. Título original: *The anxiety of influence – a theory of poetry*.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 4. ed. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. 179p. (Coleção Pensamento Político). Título original: *La teoria delle forme de governo nella storia del pensiero político*.

BOSI, A. Uma leitura de Vico. In: *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977, pp.195 – 220.

BURKE, Peter. *Vico*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

COLLINGWOOD, Robin George. *A idéia de história*. Tradução de Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1978. 408 p. Título original: *The idea of History*.

CROCE, Benedetto. *História como história da liberdade*. Tradução de Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. 456 p. Título original: La storia come pensiero e come azione.

DESCARTES, René. *Les principes de la philosophie/ Letre préface*. Paris: Vrin, 2002. 127p.

FISH, Max Harold. What has Vico to Say to Philosophers of Today. *SOCIAL RESEARCH* (AUTUM 1976) Albany: New School for Social Research.

GUIDO, Humberto A. *Giambattista Vico: a filosofia e a educação da humanidade*. Petrópolis: Vozes, 2004. 126p.

_____. Providência divina e ação humana, a idéia de história na *Ciência nova*, de Vico. In: *História e Providência: Bossuet, Vico e Rousseau: textos e estudos*. Edmilson Menezes (Org.). Ilhéus: Editus, 2006. 200p.

_____. O tempo e História como elaborações da memória: G. Vico e a história das ideias humanas. In: *Tempo e história no pensamento ocidental*. H. Guido; L. F. N. de A. e Silva Sahd (Orgs.). Ijuí: Unijuí, 2006. 256 p. (Coleção filosofia)

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século xx: 1914- 1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 600 p. Título original: Age of extremes: The short twentieth century: 1914- 1991.

JEANNIÈRE, Abel. *Platão*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. 170 p. Título original: Platon.

JOLIVET, Régis. *Curso de filosofia*. 8ª ed. Tradução de Eduardo Prado de Mendonça. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1966. 443 p. Título original: Cours de philosophie.

LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Edições 70, 1991. 232 p. Título original: Meaning in history.

MACINTYRE, Alasdair. *Depois da virtude: um estudo em teoria moral*. Tradução de Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001. 478 p. (Coleção Filosofia e Política). Título original: After Virtue: A study in Moral Theory.

POMPA, Leon. *Vico: a study of the 'New Science'*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 479 p.

ROBSAWM, Eric. *A era das contradições*. Tradução de Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Título original: The age of contradictions.

RORTY, Richard. *Ensaio sobre Heidegger e outros*. Tradução de Eugénia Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. 311p. v.2. Título original: Essays on Heidegger and others.

SANTOS, Vladimir Chaves. A Atlântida e os ciclos em Vico. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 24, n. 47, p. 15-37, jan./jun. 2010.

VERGNIÈRES, Solange. *Ética e política em Aristóteles: physis, ethos, nomos*. Tradução Constança Marcondes César. São Paulo: Paulus, 1998. 303 p. (Ensaio filosóficos)

VERENE, Donald Philip. Vico's philosophy of imagination. *SOCIAL RESEARCH* (AUTUM 1976) Albany: New School for Social Research. p.410-433.